

Rede São Paulo de

# Formação Docente

Cursos de Especialização para o quadro do Magistério da SEESP  
Ensino Fundamental II e Ensino Médio

## Caminhos do Pensamento Geográfico d01

Rede São Paulo de

# *Formação Docente*

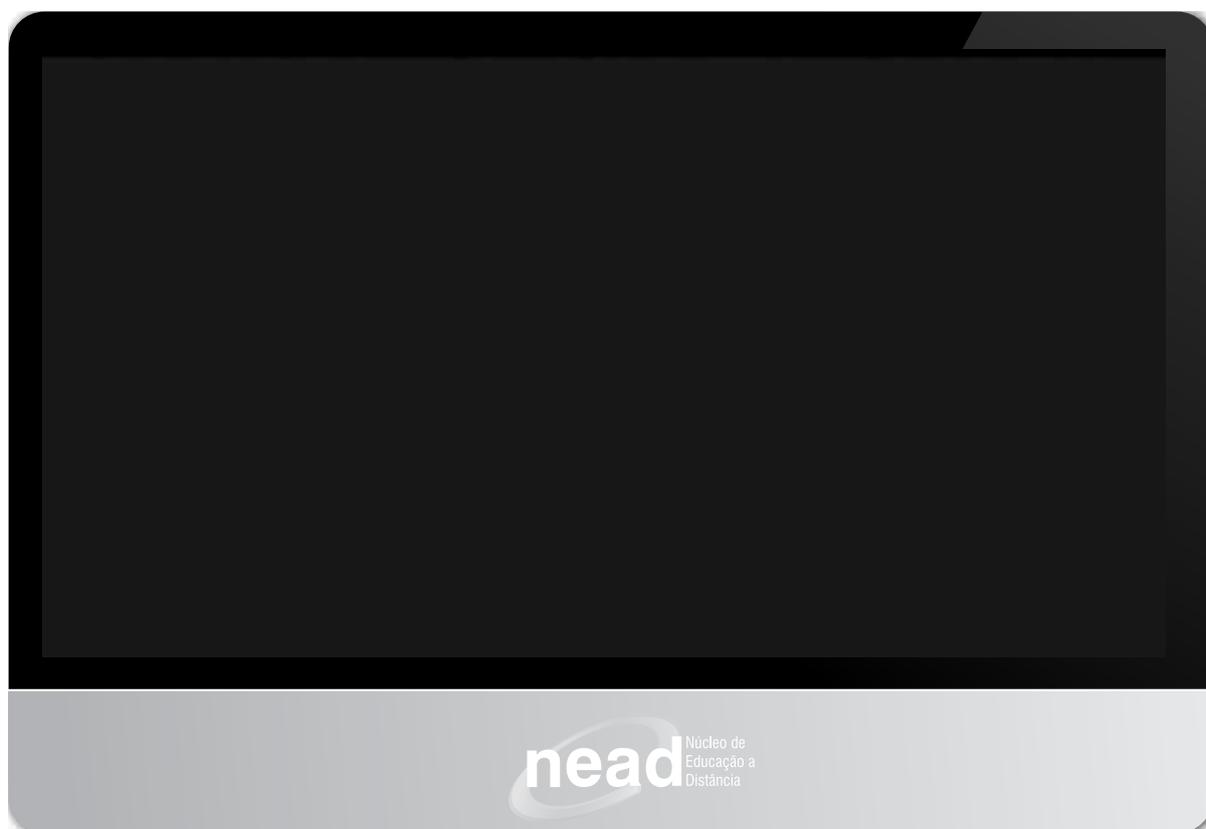
Cursos de Especialização para o quadro do Magistério da SEESP  
Ensino Fundamental II e Ensino Médio

São Paulo  
2011

# Sumário

1. O legado da Geografia.....	4
2. A formação do conhecimento geográfico na Antiguidade e na Idade Média.....	9
3. A gênese da Geografia e da Ciência Moderna.....	16
4. Institucionalização da Geografia.....	20
5. A institucionalização da .....	37
<b>Referências.....</b>	<b>48</b>
<b>Resumo:.....</b>	<b>51</b>

# 1. O legado da Geografia



## Introdução

Para começo de conversa, precisamos deixar claro do que estamos falando. O que é a Geografia? Para Nelson Werneck Sodré (1987), ela foi por muito tempo conhecida por seu caráter descritivo por causa de sua herança de levantamento de dados e de se basear na observação. O horizonte geográfico, ampliando-se com as grandes navegações, foi responsável pela incorporação de elementos importantes para a Geografia. Desde as navegações dos gregos e romanos, ainda confinados ao Mediterrâneo e algumas incursões por terra para a Ásia e o norte da África, depois das investidas dos portugueses e espanhóis para o Atlântico, muitos geógrafos, como Alexandre von Humboldt, puderam realizar viagens de observação e registro de fatos, descobrimentos e registros de espécies para consolidar o conhecimento dos lugares. Para Nelson Werneck Sodré (1987), o inventário de fatos e informações são importantes para a ciência, mas não constituem a ciência em si. Assim, depois de observar os céus na antiguidade e de catalogar espécies botânicas olhando para o solo, os geógrafos arrolaram informações para

4

consolidar o conhecimento geográfico. Essas matérias primas foram importantes para que os geógrafos pudessem passar das descrições para, embasados no método científico, sistematizar os conhecimentos, definir seu campo de atuação, escolher suas técnicas e formular suas metodologias.

No entanto, a Geografia não conseguiu superar suas ambigüidades. Ela é dividida em inúmeras disciplinas que estão agrupadas em duas grandes vertentes, que se contradizem e se complementam: a Geografia Física, que está ligada às ciências da natureza, e a Geografia Humana, ligada às ciências do homem. No passado, os conhecimentos da Geografia expandiram-se fortemente durante a expansão colonialista e os da Geografia Humana expandiram-se com o imperialismo capitalista e sua consolidação nos séculos XIX e XX.

A Geografia praticada nas escolas é resultado do acúmulo de conhecimentos. Você pode analisar os principais conceitos da Geografia contemporânea ao consultar os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio elaborados pelo Ministério da Educação e Cultura. O [PCNEM](#) é um documento que contém orientações curriculares para que profissionais ligados ao ensino da Geografia tenham condições de observar, comparar e definir seus temas e estratégias de ensino. Nesse documento, está escrito que é “necessário abandonar a visão apoiada simplesmente na descrição e memorização da “Terra e o Homem”, com informações sobrepostas do relevo, clima, população e agricultura, por exemplo. Por outro lado, é preciso superar um modelo doutrinário de “denúncia”, na perspectiva de uma sociedade pronta, em que todos os problemas já estivessem resolvidos” (BRASIL, 1998, p. 30).

Nesse documento, define-se o objeto de estudo da Geografia como sendo o espaço geográfico, que é

o conjunto indissociável de sistemas de objetos (redes técnicas, prédios, ruas) e de sistemas de ações (organização do trabalho, produção, circulação, consumo de mercadorias, relações familiares e cotidianas), que procura revelar as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, lutam, sonham, vivem e fazem a vida caminhar. Nunca o espaço do homem foi tão importante para o desenvolvimento da história. Por isso, a Geografia é a ciência do presente, ou seja, é inspirada na realidade contemporânea. O objetivo principal destes conhecimentos é contribuir para o entendimento do mundo atual, da apropriação dos lugares realizada pelos

homens, pois é através da organização do espaço que eles dão sentido aos arranjos econômicos e aos valores sociais e culturais construídos historicamente (BRASIL, 1998, p. 30).

Continuando a olhar o mesmo documento, vemos que ele contém, como sugestão, os principais conceitos-chaves da Geografia. Sem ordem hierárquica, enuncia-se, como o primeiro dos conceitos:

paisagem, entendida como uma unidade visível do arranjo espacial que a nossa visão alcança. A paisagem tem um caráter social, pois ela é formada de movimentos impostos pelo homem através do seu trabalho, cultura, emoção. A paisagem é percebida pelos sentidos e nos chega de maneira informal ou formal, ou seja, pelo senso comum ou de modo seletivo e organizado. Ela é produto da percepção e de um processo seletivo de apreensão, mas necessita passar a conhecimento espacial organizado, para se tornar verdadeiro dado geográfico. A partir dela, podemos perceber a maior ou menor complexidade da vida social. Quando a compreendemos desta forma, já estamos trabalhando com a essência do fenômeno geográfico (BRASIL, 1998, p. 32).

Seguindo na descrição dos conceitos importantes para a Geografia, enuncia-se o de lugar:

é a porção do espaço apropriável para a vida, que é vivido, reconhecido e cria identidade. Ele possui densidade técnica, comunicacional, informacional e normativa. Guarda em si o movimento da vida, enquanto dimensão do tempo passado e presente. É nele que se dá a cidadania, o quadro das mediações se torna claro e a relação sujeito-objeto direta. É no lugar que ocorrem as relações de consenso e conflito, dominação e resistência. É a base da reprodução da vida, da tríade cidadão-identidade-lugar, da reflexão sobre o cotidiano, onde o banal e o familiar revelam as transformações do mundo e servem de referência para identificá-las e explicá-las (BRASIL, 1998, p. 33).

Por sua vez,

os conceitos de território e territorialidade enquanto espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder, ou seja, quem domina ou influencia e como

domina e influencia uma área. Implica avançar da noção simplista de caracterização natural ou econômica por contigüidade para a noção de divisão social. Todo território, seja ele um quarteirão na cidade de Nova York, seja uma aldeia indígena na Amazônia, é definido e delimitado segundo as relações de poder, domínio e apropriação que nele se instalam. Desta maneira, a territorialidade é a relação entre os agentes sociais, políticos e econômicos, interferindo na gestão do espaço geográfico; não é apenas uma expressão cartográfica. Ela refere-se aos projetos e práticas desses agentes, numa dimensão concreta, funcional, simbólica, afetiva, e manifesta-se em escala desde as mais simples às mais complexas (BRASIL, 1998, p. 33).

Os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio trazem, também, um conjunto de conceitos que se articula em diferentes escalas: globalização, técnica e redes. Nesse documento,

a globalização é um fenômeno decorrente da implementação de novas tecnologias de comunicação e informação, isto é, de novas redes técnicas, que permitem a circulação de idéias, mensagens, pessoas e mercadorias num ritmo acelerado, e que acabaram por criar a interconexão entre os lugares em tempo simultâneo. Neste processo, tiveram papel destacado a instalação de redes técnicas, incluindo-se a indústria cultural, a ação de empresas multinacionais e a circulação do capital, que intensificaram as relações sociais em escala mundial, interligando localidades distantes, de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorridos a milhares de quilômetros de distância. No que se refere à técnica, devemos ressaltar ainda a importância da compreensão do papel das inovações tecnológicas na esfera da produção de bens e serviços, engendrando novas formas de organização social no trabalho e no consumo, criando novos arranjos espaciais. Outra face da revolução tecnológica são as novas formas de apropriação da natureza, tais como as expressas na biotecnologia, em que a detenção do conhecimento e do domínio técnico são também um instrumento de poder que afeta os grupos sociais e exige modificações na organização espacial existente (BRASIL, 1998, p. 33-34).

7

Todos os conceitos apontados devem ser articulados segundo

diferentes tipos de escala: uma escala cartográfica e a outra geográfica. Na primeira, destaca-se o mapa como um dado instrumental de representação do espaço, num

recurso apoiado predominantemente na Matemática. Na segunda, a ênfase é dada ao fenômeno espacial que se discute. Esta é a escala de análise que enfrenta e procura responder os problemas referentes à distribuição dos fenômenos. A complexidade do fenômeno da cidadania, por exemplo, requer que se opere com diferentes escalas, articulando suas dimensões locais, nacionais e globais. Neste sentido, a cidadania não deve ser entendida apenas sob o aspecto formal do vínculo a uma nacionalidade, devendo apontar a dimensão vivencial de seu exercício, como um fenômeno do lugar. De forma inversa, não podemos compreender a poluição atômica só no lugar, mas devemos tratá-la enquanto fenômeno global. Assim sendo, a escala é uma estratégia de apreensão da realidade. Portanto, é importante compreendê-la não apenas como problema dimensional, mas também fenomenal, na medida em que ela é um instrumento conceitual prioritário para a compreensão da articulação dos fenômenos (BRASIL, 1998, p. 33).

Podemos considerar que os conceitos chaves citados são, atualmente, os elementos que constituem a espinha dorsal dos conteúdos da Geografia.

## 2. A formação do conhecimento geográfico na Antiguidade e na Idade Média



### 2.1 – Antiguidade e Idade Média

Dando continuidade à nossa disciplina, vamos fazer uma volta ao passado para buscar, na medida do possível, informações, fatos e conteúdos que possam contribuir para a compreensão do conhecimento e do pensamento geográfico.

Para Nelson Werneck Sodré (1987), talvez a Geografia seja a ciência de história mais longa entre todas que conhecemos. Ela começa com as descrições, nas comunidades de tradição oral, das migrações e das diferenciações dos lugares. Isso mostra que é importante que o conhecimento seja registrado e transmitido. É na Grécia, já com o domínio da escrita e em decorrência de sua posição geográfica no Mediterrâneo, em relação às outras partes do mundo conhecido, que cabe (aos gregos) coletar e sistematizar os conhecimentos de natureza geográfica. São os

9

navegadores, militares e comerciantes, de um lado, e os matemáticos, historiadores e filósofos, de outro, que, ao longo do tempo, foram acumulando informações e conhecimentos que se tornaram importantes fontes de estudos e análises da sociedade e da natureza, interfaces importantes para a compreensão do território geográfico.

### Saiba mais

É importante distinguir duas palavras-chave referentes à ciência. Neste caso, estamos falando da Geografia. O conhecimento geográfico refere-se ao que foi produzido, em termos de conceitos e teorias, pelos geógrafos ao longo do tempo. Todo o conteúdo tem sua característica específica porque pode ser identificado por seus autores. No entanto, quando se trata do pensamento geográfico, há uma componente importante a se considerar: é uma leitura do conhecimento geográfico construída para além da disciplina, com componentes da Filosofia, do método e da interdisciplinaridade, principalmente no que concerne à contextualização do conteúdo focado.

Para se ter uma leitura da Geografia na Antiguidade, podemos selecionar três pensadores que são identificados com a Geografia e com a História, lembrando que eles deixaram seus escritos contextualizados no mundo grego: Heródoto, Estrabão e Ptolomeu.

Heródoto<sup>1</sup> foi o primeiro a registrar, na tradição filosófica grega, o evento da invasão persa na Grécia tendo como pressuposto que não apenas o registro dos fatos, mas que os acontecimentos poderiam, também, servir para compreender o comportamento humano. Ele sistematizou sua pesquisa e cunhou a palavra *historie* que, em grego, aproxima-se da palavra História, como conhecemos atualmente. Ao escrever sua história, ele sempre compunha a descrição dos fatos com os aspectos geográficos. Segundo Nelson W. Sodré (1976), ele pode ter sido o primeiro a expor as dependências deterministas entre o meio e o homem, forma de compreender a relação sociedade-natureza antes mesmo do surgimento da Geografia de caráter científico. Os nove livros que compõem sua obra foram divididos em duas partes. O sexto livro que termina a primeira parte encerra-se com a derrota dos persas, em 490 a.C., na descrição da batalha de Maratona. Este é o fato marcante que mostra o início do ret-

1. Heródoto, geógrafo e historiador grego, nasceu em 485 a.C. em Halicarnasso (atualmente Bodrum, na Turquia) e faleceu, possivelmente na ilha de Samos, em 420 a.C. Ele viajou pelas ilhas do mar Egeu, esteve no sul da Itália, na Mesopotâmia, no Egito (onde subiu o Nilo chegando ao Saara).

rocesso do império persa liderado por Ciro. Seu legado é importante para a Geografia porque se constitui, metodologicamente, em forma de narrativa contínua, resultado de pesquisa – pelo registro dos fatos – e de abordagem dos fatos como elementos que auxiliam na compreensão do comportamento humano.

## Mapa-múndi de Ptolomeu

A obra de Ptolomeu foi preservada pelos árabes e introduzida na Europa durante a Idade Média. A edição que se encontra na Biblioteca Nacional é de 1486.

Localize, no site [História do mundo](#), o mapa do Império Romano para compará-lo com os outros mapas indicados neste texto.

Estrabão<sup>2</sup>, outro geógrafo e explorador que pode contribuir nesta volta ao passado, é classificado como geógrafo, historiador e filósofo grego. É considerado um estoicista mas, ao mesmo tempo, um defensor do imperialismo romano. Escrita na era cristã, sua Geografia, em 17 volumes, é considerada uma obra que contém inúmeros erros de descrição, principalmente sobre os Pirineus, mas uma obra da Antiguidade que articula conhecimentos da Geografia, por meio das descrições dos lugares, da história, da religião, dos costumes locais e das instituições de diferentes povos. Ele registra os conhecimentos adquiridos pelos gregos e pelos romanos.

2. Estrabão nasceu da Amaseia (atual província da Amasya, na Turquia), então fazendo parte do Império Romano (63 ou 64 a.C. e cerca 24 d.C.). Originário de família rica, pôde prosseguir seus estudos em Roma, onde leu os filósofos e geógrafos que o antecederam. Fez viagens ao Egito e à Etiópia. Seu nome é um termo utilizado pelos romanos para designar aqueles que tinham os olhos deformados ou portadores de estrabismo.

O terceiro geógrafo que apresentamos é Ptolomeu<sup>3</sup>. Cientista grego, ele viveu em Alexandria, no Egito. Sua obra mais conhecida é o Almagesto, tratado que contém o conhecimento astronômico desde os tempos babilônicos até os tempos gregos, na qual ele apresenta o esquema de um sistema cosmológico concêntrico, com a Terra no centro do universo, tendo-se os outros corpos celestes descrevendo órbita ao seu redor. O Sol, os planetas e as estrelas descreveriam epiciclos (círculos com centros em outros círculos) ao redor da Terra. Essa teoria é conhecida, comumente, como Teoria do Geocentrismo. Ele foi considerado o primeiro cientista a expor uma teoria universal do movimento dos astros, mesmo que, posteriormente, duramente criti-

cada e invalidada pelas observações astronômicas de outros cientistas. Ele baseou sua obra em compilações anteriores e não fez nenhuma observação. Por outro lado, em sua obra *Geographia* há todo o conhecimento geográfico de gregos e romanos, na qual se destaca o uso de coordenadas geográficas de latitude e longitude, mesmo que com deformações<sup>4</sup> nas áreas exteriores ao Império Romano.

Podemos resumir, baseados nesses três geógrafos – sem a pretensão de fazer uma linha direta entre eles – que o conhecimento geográfico na Antiguidade (que limitamos do século IV a.C. ao primeiro século da era cristã) tem características que vão ser importantes na constituição do pensamento geográfico posterior. Podemos lembrar que o conhecimento geográfico desse período baseia-se em elaboração teórica (geocentrismo), na necessidade de observação para consubstanciar a descrição dos lugares (aqui entendidos com seus costumes, instituições e crenças), resultados de narrativas e de pesquisas sistemáticas para o registro dos fatos. As palavras sublinhadas ainda hoje são fundamentais para a elaboração do conhecimento geográfico.

Dando um passo gigantesco para a Geografia dos árabes, tomemos como exemplo Ibn Khaldun<sup>5</sup>

3. Cláudio Ptolemeu viveu em Alexandria, no Egito, de 90 a 168 d.C. Ele é conhecido por suas obras na Geografia mas, também, pelos trabalhos em outras ciências, como matemática, astronomia, cartografia, ótica e até teoria musical. Além de *Almagesto* e *Geographia*, escreveu *Tetrabiblos*, com o conhecimento de astrologia dos babilônios, gregos e egípcios, *Optica*, no qual mostra seus estudos sobre reflexão, refração, cor e espelhos, e *Harmônica*, um tratado sobre teoria matemática da música. Sua obra foi transmitida para os eruditos do Renascimento pelos árabes.

4. Toda representação da realidade transposta para desenho num plano ou mapa terá algum tipo de deformação. Para cada mapa há uma distorção ou deformação que é corrigida parcialmente por técnicas cartográficas segundo a finalidade ou área que se deseja representar no mapa. Essas técnicas foram sendo desenvolvidas por matemáticos, astrônomos, geômetras e geógrafos ao longo da história do desenvolvimento da matemática e da geometria. corrigida parcialmente por técnicas cartográficas segundo a finalidade ou área que se deseja representar no mapa. Essas técnicas foram sendo desenvolvidas por matemáticos, astrônomos, geômetras e geógrafos ao longo da história do desenvolvimento da matemática e da geometria.

5. Ibn Khaldun nasceu em Tunis (atual capital da Tunísia) em 1332.



*Imagem 3: Foto do autor do texto em frente do monumento a IBN KHALDUN em Túnis, Tunísia. Créditos: Eliseu S. Sposito*

Como todos os geógrafos do mundo europeu, ele foi um viajante que conheceu inúmeros e distantes lugares em sua época. Na África, ele percorreu o Saara, indo do Egito a Tombuctu; na Ásia, ele foi à China, passando pela Índia e a Palestina; na Europa, ele foi até o sul da Rússia.

## 2.2 – As grandes navegações

As grandes navegações (ou os grandes descobrimentos) foram fundamentais para o alargamento do horizonte geográfico a partir da Europa. Para superar as dificuldades na busca de novas terras, os navegadores tiveram que aprimorar seus instrumentos de observação da natureza. Alguns instrumentos serviram, portanto, como potencializadores da capacidade de observação e de registro do que os homens conseguiam ver e conhecer. A combinação dos usos de instrumentos, resultado das invenções do ser humano, foi fundamental para que as navegações ocorressem muito além das proximidades dos continentes. Depois de ultrapassar o Cabo Bojador, no Marrocos, os portugueses foram além, acompanhando a costa oeste da África, até chegarem ao Oceano Índico depois de ultrapassarem o Cabo da Boa Esperança



*Imagem 2: Cabo da Boa Esperança, África do Sul*

*Foto: Eliseu S. Sposito*

Daí, chegar à Índia, acertar o rumo para a América, ir além do Estreito de Magalhães, foi resultado de um passo arrojado e corajoso que os navegadores portugueses, depois os espanhóis, desafiando as condições naturais e adversas de correntes marítimas e de ventos, puderam chegar a terras antes desconhecidas por eles.

Para que isso ocorresse, no entanto, foi necessário o desenvolvimento de outros conhecimentos. A elaboração de mapas com o domínio da linguagem matemática e das projeções cartográficas foi necessária para que as rotas fossem, ao longo do tempo, definidas com mais precisão.

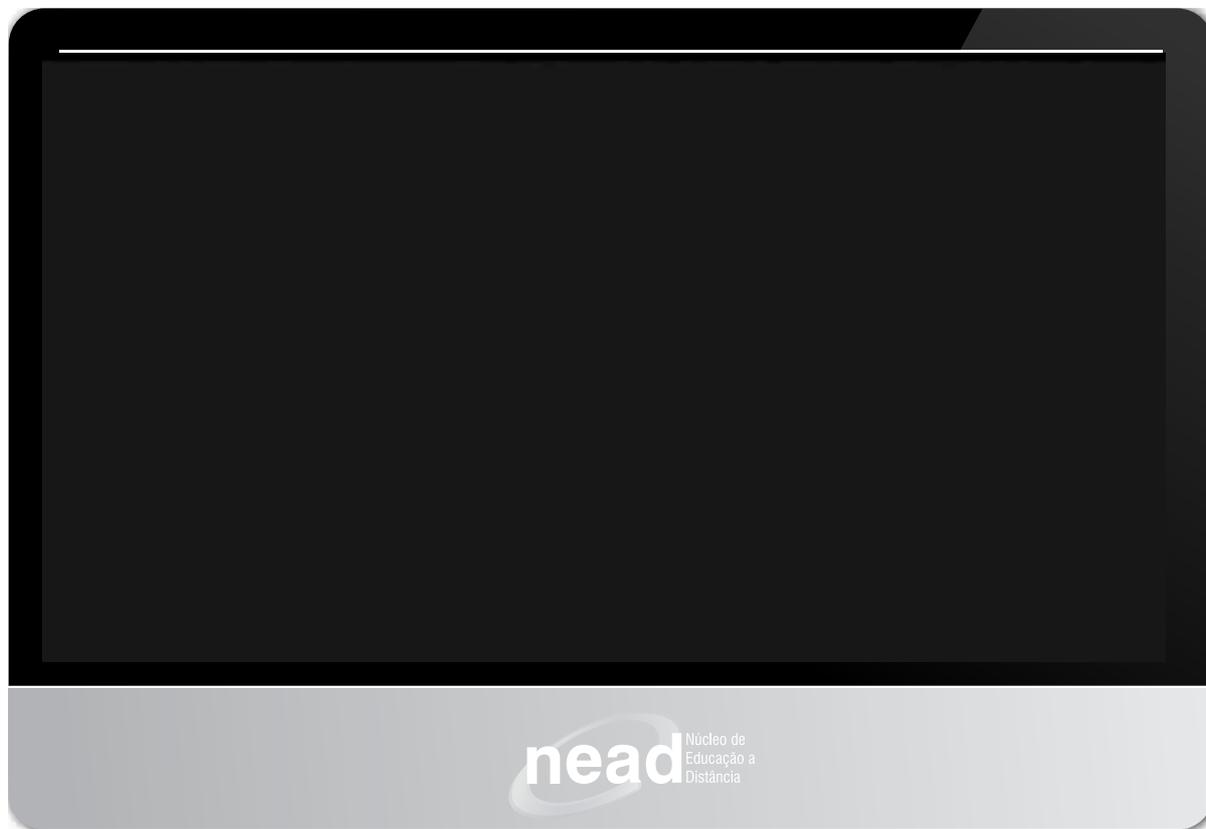
Um novo desafio se colocava: a Terra, de formato esférico, precisava ser representada em um plano constituído pela folha que se colocava sobre a mesa dos cartógrafos. As medidas de latitude e longitude precisavam ser respeitadas e, para isso, a precisão matemática se tornava cada vez mais necessária. A linguagem da ciência, no Renascimento, consolidava-se como sendo a matemática. Por meio de pontos, retas e ângulos, poder-se-ia localizar qualquer ponto, pessoa, lugar etc. num sistema tridimensional de coordenadas. Cabia, com as mudanças para-

digmáticas do Renascimento, compreender como o mundo funcionava, muito mais do que compreender por que ele foi criado. O ser humano emerge como centro do universo e sua posição nesse universo, mesmo tendo como referência a Terra, era importante para se ampliar os horizontes da ciência.

Para que isso ocorresse, os europeus foram responsáveis pela conquista de novas terras, associando-se ou dizimando outras populações que já aí viviam. Sua capacidade de conquista foi potencializada por alguns elementos: a caravela, mais leve e ágil e que podia ultrapassar, por causa das suas velas, cabos com ventos contrários; a pólvora, elemento básico para a demonstração do poderio bélico, que possibilitou o avanço dos conquistadores sem se arriscarem no corpo-a-corpo das batalhas; e a bússola, instrumento que permitiu a orientação dia e noite nos deslocamentos pelos mares e pelas terras. A esses elementos, acrescenta-se a imprensa, invenção que permitiu o registro dos conhecimentos e sua divulgação em diferentes línguas para todos aqueles que pudessem decifrar os códigos das letras e sílabas, e das representações cartográficas.

Atitudes como a observação, a anotação, o uso de instrumentos, a descrição e a explicação foram incorporados pela Geografia e, ainda hoje, são importantes para a abordagem do temário geográfico. Para completar esse quadro, é importante lembrar o papel do método científico, que serviu para que os cientistas se orientassem, registrassem e transformassem a observação dos fatos em elementos científicos. O método científico, como ele foi organizado no Renascimento, continha alguns princípios que, quando seguidos, davam o estatuto de ciência ao que era enunciado. Observar sempre, experimentar, utilizar a linguagem matemática, decompor o fato estudado, não deixar de lado nenhum aspecto do fato para que ele tivesse todas as suas possibilidades esgotadas, eram os princípios que deviam ser seguidos por todos aqueles que tinham, como objetivo, fazer ciência.

## 3. A gênese da Geografia e da Ciência Moderna



### 3.1 – Ciência e sociedade

Os seres humanos compreendem o mundo de acordo com sua formação intelectual e sua capacidade de dominar o conhecimento. Neste processo, a história humana desenvolveu diferentes tipos de conhecimento. São eles: senso comum, religioso, científico e filosófico.

O senso comum é o nível de conhecimento que pode ser elaborado ou incorporado por qualquer pessoa, independentemente de sua condição de letrado ou não. Ele é formado pelo domínio de informações corriqueiras, tácitas e que se desenvolvem de acordo com o nível de desenvolvimento cognitivo da pessoa e fruto da relação que estabelece com seu grupo social. Assim, andar de bicicleta, nadar, elaborar uma roupa, praticar uma profissão com a agilidade de manusear uma máquina etc., são formas de conhecimento que cada um pode dominar. O senso comum tem íntima relação com o sentido prático da vida e resultado extraído do erro e acerto que é generalizado para a orientação da relação social e das pessoas com a natureza.

O conhecimento religioso, por sua vez, depende da fé da pessoa e não é desenvolvido por nenhuma habilidade específica. Não se exige competência para atingir esse nível de conhecimento, mas a crença em algo abstrato, subsumido na explicação pelo outro que é, muitas vezes, situado fora da realidade objetiva. O conhecimento religioso é habitado por entes e criaturas resultantes da capacidade de abstração e de explicação para fatos que dependem apenas da fé e não da experimentação ou da normatização do conhecimento. É comum que o conhecimento religioso se aproprie do senso comum e dele crie condutas morais importantes para a civilização em determinadas circunstâncias da história. Em alguns casos é difícil separar o senso comum do conhecimento religioso, porque um se utiliza do outro diante dos impasses morais e de limitações técnicas da sociedade.

O conhecimento científico é considerado aquele decorrente dos princípios de organização, registro, repetição e normatização da realidade, cuja principal linguagem é a matemática. René Descartes (1596-1650), por exemplo, deduziu que o mundo resume-se a pontos, retas e ângulos, estabelecendo os critérios para se localizar qualquer coisa no espaço tridimensional que se orienta por três ordenadas, podendo ser figurado em distância, altura e profundidade.

Assim, o conhecimento científico é, necessariamente, cumulativo, organizado, comparativo e possibilita a previsão de situações futuras que não serão, necessariamente, demonstradas. Podemos tomar, como exemplo, o fato de que a sucessão de tempos em um período determinado define o clima de um lugar ou área estudada, o que permite a previsão da tendência, em um tempo futuro, do que pode ocorrer. Não se trata de adivinhação, mas de imaginar o que pode acontecer a partir de modelos e ritmos elaborados com referência as medições, comparações e análises sobre dados obtidos com o auxílio de instrumentos que potencializam os sentidos humanos. A repetição de acontecimentos e de sucessão de fatos permite verificar regularidades com resultado imutáveis que inspiram leis sobre a matéria. Um conhecimento científico se baseia no fato concreto, naquilo que se apresenta do mesmo modo diante das mesmas causas e tempo de ação.

Finalmente, o conhecimento filosófico é racional e não necessariamente demonstrável, cabendo àquele que o domina, avaliar os outros tipos de conhecimento. Ele condensa a posição do pensador que julga como e de que maneira a sociedade pensa e age.

Esses tipos de conhecimento foram se diferenciando a partir do Renascimento, período da humanidade no qual se configurou a ciência moderna. A invenção da imprensa permitiu o registro do conhecimento e sua disseminação em uma forma que se repete para todos que a ele tem acesso, o que permitiu a elaboração de diferentes interpretações para fatos e acontecimentos comuns.

## 3.2 – Gênese da Geografia e da Ciência Moderna

Os marcos científicos da Geografia podem ser identificados por meio das obras de alguns autores<sup>6</sup> e pelo conjunto de acontecimentos que marcou a expansão do horizonte geográfico, principalmente as grandes navegações (que já foram descritas no item anterior), o aprimoramento da Cartografia e as grandes invenções.

Assim, a Geografia Moderna desenvolveu-se a partir da crítica dos conhecimentos do senso comum e do conhecimento religioso acerca do planeta Terra, reunindo desde o Renascimento<sup>7</sup>, a descrição sistemática das características da superfície terrestre, da observação dos fenômenos naturais e humanos nas diferentes regiões do globo. Desta forma, a Geografia surgiu da necessidade de explicar o que existe, onde existe, a forma que se apresenta e quanto ou dimensão desse elemento ou objeto da natureza (planta, rio, solo etc.), estabelecendo as leis gerais do Cosmo. Assim como as demais ciências renascentistas, razão de encontrar uma lei teve função de auxiliar tecnicamente à sociedade na sua adaptação e aproveitamento dos recursos da natureza, vista como objeto de dominação das sociedades modernas.

Apesar deste desenvolvimento científico, isto não quer dizer que as outras formas de conhecimento tenham sido abandonadas. Assim, o senso comum incorporou o conhecimento geográfico, mesclando-o com o conhecimento religioso e. Da mesma forma o conhecimento religioso admite a importância de conhecimento científico, da filosofia e apela ao senso comum. Vejamos alguns exemplos.

**6.** Vários autores serão apresentados, resumidamente, no item IV.

**7.** Renascimento: período que, na história européia, transcorre, aproximadamente, do final do século XIII a meados do século XVII. Tem esse nome por causa da releitura que os europeus fizeram dos principais filósofos da antiguidade clássica, reinterpretando-os dentro de ideais humanistas e naturalistas.

O conhecimento científico e filosófico busca na reflexão e na experiência sistematizada e revisitada inúmeras vezes para o aprofundamento de questões que não são objetivos do sentido prático do senso comum e das exigências da fé. Como exemplo mais atual tem-se a possibilidade científica de clonar o ser humano, ainda que não estejam dominados todos os conhecimentos sobre isso. A técnica não é aceita pela Igreja para a reprodução humana, mas não é contestada para a reprodução animal. Filosoficamente a mesma questão é vista como uma possibilidade que não traz o mesmo componente moral sobre a reprodução, mas sobre qual finalidade isso tem para a existência humana no futuro. A ciência não se ausenta do debate, mas precisa descobrir mais sobre essa possibilidade para cura de doenças e para superação dos limites da reprodução humana.

O resultado atual desse problema está sob um impasse se a pesquisa deve ou não continuar nesse sentido e se está sob controle seu avanço ou não. Mesmo que a ciência e a sociedade estabeleçam e consigam impedir a clonagem humana por lei e por diversos bloqueios disponíveis, a Filosofia não vai parar de refletir sobre o assunto. A simples possibilidade de uma doença destruir a fertilidade masculina em massa já colocaria uma questão para Igreja que obrigaria a alguma delas a mudar de posição, pois o que estaria em jogo é a existência humana. Algumas Igrejas não irão mudar de posição, mas a Ciência irá lutar pela vida. A Filosofia continuará a provocar e se contradizer seja qual destino prevalecer. Por sua vez, a Filosofia avançará mais que a ciência quando ela não conseguir responder, dando substância para o conhecimento científico encontrar novamente seu caminho.

Foi preciso distinguir essas formas de conhecimento para que você possa se colocar perante o tema que estamos estudando neste momento: o pensamento geográfico. Para maior aprofundamento desse assunto, sugerimos a consulta da obra de Eliseu Savério Sposito (2004).

## 4. Institucionalização da Geografia



### 4.1. Início de conversa

Nosso convite aqui é para que você compreenda qual caminho a Geografia percorreu, em seu desenvolvimento, e como foi compreendida pela sociedade no passado e no presente. Como vimos na primeira parte da disciplina, a Geografia não surgiu como é conhecida hoje e os trabalhos de Heródoto, Estrabão e Ptolomeu são testemunhos deste acúmulo de conhecimentos. Da mesma forma, existiram expedições militares desde o mundo antigo, com intuito de conhecer territórios e suas possibilidades e dificuldades de ocupação. Mas vejamos como na história<sup>8</sup> desta ciência há um momento em que ela deixa de ser uma preocupação de pessoas isoladas com suas curiosidades sobre os fenômenos para que seja apropriada pelas instituições governamentais e empresas. Vamos analisar a institucionalização da Geografia, processo pelo qual as informações,

**8.** Em estudos sobre a construção da geografia é comum ver a palavra evolução do pensamento geográfico. Preferimos falar de história do pensamento geográfico que não cria confusão e elabora a geografia como um processo construtivo que tanto assume teorias antigas em suas perspectivas como trabalha com novas teorias. A ideia de evolução sugere uma superação e desgaste de uma ideia que nem sempre é o que ocorre.

20

métodos e investimentos no conhecimento se tornam interesse do Estado, governo, empresas e associações com objetivos diversos. Esses atores institucionalizam a Geografia quando criam grupos de pesquisa, expedições e comitivas para investigar os territórios, as colônias ou mesmo espionar outros países.

Assim, uma empresa pode criar suas expedições confluindo com interesses do Estado<sup>9</sup>, sendo muitas vezes difícil de distinguir se buscam dominação política e/ou econômica. Por sua vez, uma associação de vários geógrafos e especialistas afins pode ser criada autonomamente por interesses científicos ou a serviço de um Estado e/ou investidores de variados interesses. Na medida em que as informações geográficas deixam de ser uma junção de informações feitas por entusiastas para se tornar conhecimento estratégico de Estados e empresas, ela se institucionaliza dentro de um gabinete de governo, em reuniões de sociedades de pesquisa, nos debates em esferas intelectuais e na criação de universidades. Surgirão desse complexo de interesses a realização de expedições científicas/militares patrocinadas por alguns dessas instituições.

9. A palavra estado pode ser grafada com letra minúscula quando se fala genericamente de estados da federação, por exemplo, estado do Mato Grosso. Quando se fala em Estado com letra maiúscula é um nome próprio que designa a instituição que abriga governos, por exemplo, Estado Nacional ou o Estado é regido por leis. A palavra governo não recebe letra maiúscula. Essa distinção é importante para que se entenda os texto sobre o assunto.

Foi da expansão colonial dos reinos europeus que surgiram os primeiros relatos oficiais, como aquele elaborado por [Pero Vaz Caminha ao rei de Portugal](#). Posteriormente aos relatos escritos, as principais viagens foram organizadas pelos chamados naturalistas, homens que dominavam cartografia, botânica e zoologia, matemática e desenho, entre tantas outras habilidades que os fizessem comunicar aos seus financiadores as descobertas de suas investigações. Em outros casos, as expedições buscavam entender a extensão de um continente ou de um rio e, para isso, navegar era a forma mais fácil para se atingir o objetivo pretendido. Havia também as expedições que buscavam cidades ou lugares mitológicos com suas promessas de riqueza. Em todos esses casos foram perdidas muitas vidas e pequenas fortunas dos financiadores.

## 4.2 – Geografia escolar

A institucionalização da Geografia desenvolveu-se progressivamente, mas tem seu marco definitivo ao longo do século XIX, acentuadamente, na segunda metade e na virada para o século

XX. O surgimento da Geografia escolar também faz parte do processo de institucionalização da ciência geográfica, o que ocorre inicialmente nas nações industrializadas ou ricas. Posteriormente à inclusão da Geografia nas cartilhas escolares, foram criados cursos universitários para formação de professores. Isto ocorreu inicialmente na antiga Prússia, império que se tornou pioneiro na institucionalização da Geografia escolar (CAPEL, 1991) e que é o exemplo mais citado na literatura, depois acompanhado pelos outros estados nacionais modernos.

Não se deve concluir, por essas afirmações, que a única função da Geografia na escola foi de servir aos interesses expansionistas e colonialistas. Entretanto, a estreita relação da Geografia escolar aos interesses do Estado Nacional foi fundamental para a delimitação e desenvolvimento de algumas teorias e metodologias geográficas.

A geografia escolar na antiga Prússia iniciou a construção de identidade de pertencimento territorial ligado à cultura de suas populações. Antes disso era a Prússia composta por ducados e pequenos territórios autônomos que não se constituíam em uma força organizada para defender um projeto nacional e consolidar uma indústria e um comércio com menor barreira entre os pequenos territórios. Esse exemplo será seguido mesmo por outros países que se poderia considerar Estados Nacionais Modernos.

Não sendo suficiente apenas a educação básica para este fim, se tornou imprescindível a construção de uma teoria nacionalista que fundasse seus pilares em um território ou espaço de identidades culturais e políticas. É neste contexto que é elaborada a Teoria do Determinismo Geográfico, demonstrando o papel da natureza na formação cultural de um povo. Um conceito central desta teoria é o de “espaço vital”, que significa dizer que uma nação necessita de uma quantidade de espaço explorável correspondente ao seu contingente populacional.

Na prática, o conceito de espaço vital foi exacerbada para uma ação política territorial expansionista prussiana, no caso da ocupação da Alsácia-Lorena em 1870 (MORAES, 1996, p. 64).

Há um pressuposto que procura explicar o papel dos professores de Geografia: eles seriam os verdadeiros responsáveis pela vitória na anexação desse território porque os soldados do exército prussiano haviam aprendido, por meio do aprendizado de Geografia, a interpretar mapas e estratégias militares espaciais. Essa teoria é apropriada pela elite da nascente nação alemã e explica, em parte, seus intentos expansionistas, que se estende no tempo (século XX)

com as incursões nos países vizinhos durante as I e II Guerra Mundial. A essa tendência, o historiador francês Lucien Febvre denominou determinismo.

A importância da escolarização nos feitos bélicos contra a França passou a ser considerada pelas nações como fundamental para a expansão alemã; por isso, a Geografia começou a figurar nas escolas com propósitos nacionalistas e não apenas informativos. Desde esse momento, a educação básica passou a incluir, com mais certeza, a Geografia em suas cartilhas e planos de estudos identificados com a unidade de cada Estado-Nacional, fazendo parte, assim, da construção ideológica de seus povos.

No caso do Possibilismo (denominação que se deu ao conhecimento geográfico produzido em território francês ou por influência de importantes autores franceses), o conceito de gênero de vida criado por La Blache opôs-se ao conceito de espaço vital por colocar que a cultura é que determina o uso do espaço e sua adaptação ao homem. O território para La Blache é repleto de possibilidades que as técnicas podem auxiliar a superar as barreiras naturais e torná-las favoráveis à sociedade.

### 4.3 – Surgimento das universidades, sociedades reais de Geografia e colonialismo

Para Horacio Capel (1991) o modelo universitário da Alemanha é importante de ser analisado. Em primeiro lugar, pela liberdade de pensamento garantida ao corpo de teóricos, o que permitiu um impulso na construção de massa crítica independente nos quadros universitários, o que poder ser considerado inovador até hoje. Esta liberdade de pesquisa e de pensamento foram instrumentos muito bem utilizados pela elite política desse novo estado nação na superação do seu atraso em relação aos outros países industrializados. Concomitantemente à Geografia universitária alemã, surgiram as sociedades geográficas para viabilizar o conhecimento espacial e territorial de diversos estados nacionais.

As sociedades geográficas foram, na maioria dos casos, criadas no século XIX, a saber: França (1821), Alemanha (1828), Inglaterra (1830), México (1833) EUA (1852), Portugal (1875), Espanha (1876), Canadá (1877), Brasil (1883)<sup>10</sup>. São conhecidas a investidas de outros países em territórios das Américas, Oceania, Africanos entre outros com

<sup>10</sup>. Confira o texto novos horizontes para o saber geográfico ([CARDOSO, 2005](#)).

intuitos comerciais e expansionistas, colonialistas e neocolonialistas<sup>11</sup>. O papel dessas sociedades pode ser assim sistematizado: investigar os territórios que pertencem aos países em que foram criadas; fornecer a base de informações para os objetivos expansionistas nacionais; criar explicações científicas que sustentem o papel de dominação das metrópoles sobre as colônias. As sociedades também são identificadas por suas características: estatuto ou organização interna próprios, que as diferenciam das outras; adoção da linguagem científica, principalmente aquela baseada nas comprovações dos feitos em debates públicos; utilização de instrumentos que potencializam a capacidade de observação dos geógrafos (bússola, termômetro, barômetro etc.) e legitimam as informações obtidas em campo; linguagem própria na descrição dos fenômenos estudados, inclusive com o recurso dos mapeamentos, cada vez mais precisos com o passar dos anos. Essas características são importantes para se criar um ambiente de exposição e debates sobre os conhecimentos de novas áreas. Esse ambiente legitima as descobertas e dá estatuto científico aos escritos dos geógrafos. Finalmente, todo esse conjunto de aspectos positivos das associações dão-lhes importância nos cenários políticos nacionais, fazendo com que os governos ou mesmo mecenas se mobilizem para financiar os projetos de viagens de reconhecimento dos novos continentes.

A própria soberania dos países não dependia mais apenas de uma ocupação que se fizesse pela força e pelas armas, mas pelo domínio de informações<sup>12</sup>,

**11.** O filme *O homem que subiu a colina e desceu a montanha* retrata como o Reino Unido refazia suas medições no interior de seu reino através de levantamentos topográficos, estabelecendo códigos e medidas que se transformam em referências para todas as outras medidas. Neste caso, os cartógrafos do filme vão medir a altitude do monte Ffynon Garw, limite entre o País de Gales e a Inglaterra, considerando que uma montanha, no reino, só poderia assim ser considerada se tivesse, no mínimo, mil pés de altitude. Outro filme que apresenta a mesma preocupação pode ser o épico *Lawrence das Arábias*, que retrata a época da independência da Arábia Saudita em relação ao Reino Unido e, mais recentemente, em *O paciente inglês*. Finalmente, o filme *Montanhas da Lua* conta a história de dois geógrafos exploradores que, em meados do século XIX, tentam descobrir as nascentes do Rio Nilo. No filme, destacam-se as formas como as caravanas são organizadas, como os geógrafos utilizam instrumentos para potencializar sua capacidade de observação, como são registrados os fatos observados e como o conhecimento é legitimado pela Sociedade Real Geográfica da Grã-Bretanha. Toda essa filmografia relata parcialmente o interesse em cartografar com maior precisão o espaço, seja para instalar vias férreas, seja para identificar riquezas e seus potenciais de exploração, seja para fins de delimitação de territórios ou conhecer os terrenos para facilitar deslocamentos de forças militares.

**12.** Saber é poder? Essa frase banalizada pelo senso comum ainda contém muito de verdade para o bem e para o mal. O domínio de conhecimentos serve para controlar, embora sirva também para oprimir e destruir ideias, pessoas e obras humanas. Um dos papéis da educação é criar uma condição de que o cidadão supere a desinformação e os conhecimentos parciais ou superficiais para avançar para uma crítica qualificada. A escola não ensina ao cidadão a ser crítico ou revoltado com a injustiça, pois esse processo tem uma relação com o espírito de uma época. No entanto, a educação tenta fazer na medida do possível uma qualificação do discurso do cidadão que servirá a ele nos embates. A preocupação aqui contida é que o professor saiba de suas limitações e de suas potencialidades. Sem esse entendimento o professor não encontrará nenhum sentido nobre em seu trabalho.

de técnicas e seu uso na ocupação ou exploração desses territórios. Associado ao interesse de dominação, as sociedades geográficas abrigaram personalidades com distintas formações para elaborar seus planos nacionais de viação, mapeamento político e topografia, entre outras informações com base científica para fortalecer a soberania desses países e destes sobre as nações que fossem incapazes de realizar os próprios inventários ou explorar as suas riquezas. As sociedades geográficas têm como efeito a formação de investigadores e apoio aos seus construtos metodológicos e de suas teorias e o engajamento delas aos interesses de seus patrocinadores<sup>13</sup>.

Tanto a identidade nacional<sup>14</sup> como a ocupação por colonização ou expansão dependem de informações consistentes sobre os territórios e espaços cobiçados. As empresas também dependem de informações precisas sobre a geografia desses territórios para investir em estradas, portos e outras estruturas de extração de riquezas com menor investimento e maior velocidade de retorno. O século XIX é determinado pela mudança das técnicas para a ciência sistematizada. A primeira revolução industrial ainda tem seus efeitos impressionantes e o trabalho assalariado serve de base para o sistema capitalista ser preponderante. O florescimento da ciência tem um papel pragmático crescente e as universidades não ocupavam função tão relevante quanto tinha as grandes expedições patrocinadas pelas sociedades geográficas. A ciência irá progredir entre um processo de avanço capitalista em favor de suas necessidades e pelos desafios científicos que são impostos pelos avanços resultantes desse processo.

**13.** O filme [Montanhas da Lua](#) (1990) é um registro artístico que serve para ilustrar como era o funcionamento de algumas dessas sociedades científicas ao adaptar fatos da história real ocorrida em 1850 quando dois oficiais britânicos, Capitão Richard Burton e Tenente John Speke, realizaram expedições para descobrir a nascente do Nilo em nome do Império Britânico da Rainha Victória. A indicação deste filme já ocorreu no item anterior.

**14.** Identidade nacional se confunde com ufanismo ou um elogio exagerado, preconceituoso, excludente, acrítico e parcial de algumas pessoas que se dizem amar um país. É fundamental que esses elogios sejam contidos pela realidade dos fatos e não por uma imagem ideal de um país. Os regimes ditatoriais colocam frases do tipo “Amem ou deixem”! Que resumem a ideia de que amar incondicionalmente um país justifica a injustiça, perseguição e assassinato de opositores à ordem vigente! No entanto, há que ter uma identidade cultural crítica que é a base do humanismo e respeito aos direitos universais!

## 4.4 – Os referenciais das escolas clássicas do pensamento geográfico

No final do século XIX e início do século XX, duas escolas de pensamento geográfico poderiam ser distintas por suas bases e propostas teóricas: a escola alemã e a francesa. Elas são responsáveis pelos debates mais enriquecedores da Geografia Moderna. Os principais nomes da escola alemã são Alexander Von Humboldt, Karl Ritter<sup>15</sup> e Friederic Ratzel (1844-1904). Na escola francesa, Elisée Reclus e Vidal de La Blache tiveram grande influência, sendo este último o mais referenciado<sup>16</sup>. De maneira muito geral, reputa-se à escola alemã o que se chama determinismo geográfico e geografia geral e a escola francesa é citada como possibilista e com a abordagem da geografia regional.

Como vimos anteriormente, o determinismo geográfico é explicado como sendo baseado na força das características físicas para o comportamento, formação, evolução e progresso de uma sociedade. Por exemplo: países com litoral muito recortado favorecem as navegações, como se pode dizer das costas dos países banhados pelo mar Mediterrâneo. O possibilismo, por sua vez, é a tendência teórica que defende que um povo, dependendo do seu progresso técnico e cultural, pode conduzir mudanças e adaptar-se o meio geográfico de forma aproveitar dele e transformá-lo em seu favor. Sem reduzir a importância das condições físicas sobre a sociedade e sem exagerar na influência do aporte cultural na transformação do espaço natural, essas duas correntes fundam a discussão sobre a relação entre sociedade e natureza, que ainda é central na produção científica da Geografia.

Comum entre ambas foi a apropriação política das teorias para justificar o colonialismo, seja na depreciação de um povo e estágio de desenvolvimento técnico primário em relação aos colonizadores que defendida pelo possibilismo; seja para justificar a dominação de um povo por estar fadado às limitações impostas pelo meio em que vivem. No entanto, se fizermos uma

**15.** Karl Ritter (1779-1859). Geógrafo alemão que descobriu a existência dos raios ultravioletas em 1801 e é considerado, junto com Humboldt, um dos principais fundadores da Geografia moderna.

**16.** A influência da obra de Reclus na França foi enorme e suas obras tiveram alcance em escolas do mundo todo. Reclus não teve um papel importante na geografia institucional por ser um anarquista e estar envolvido em questões contrárias ao Estado. La Blache teve um papel acadêmico e político sem oposição ao Estado e muito de sua obra esteve a serviço dele. A revista Hérodote publicou um número especial de comemoração dos 100 anos da morte de Reclus (1905-2005), contendo alguns textos em francês que descrevem o esforço de La Blache em apagar as fortes referências reclusianas na geografia francesa.

leitura mais aprofundada dessas duas escolas e, principalmente, dos escritos dos teóricos citados, não será encontrada uma posição tão polarizada quanto se acredita porque foi a apropriação política e as conseqüências dessa apropriação que deram ênfase superficial no pensamento desses pioneiros da Geografia moderna.

A Geografia geral é uma proposta de abordagem que parte do princípio que um fenômeno geográfico deve ser visto em escala mundial ou tomando-se como referências as grandes superfícies. A compreensão metodológica, neste caso, baseia-se em fazer um inventário de tudo que engloba grandes superfícies e dados gerais que alimentem uma lei geral da natureza. A coleta de informações sobre flora, fauna, distribuição hídrica, tipo de relevo, distribuição populacional entre outras informações gerais do meio físico sustentam apreciações dessas grandes superfícies e de seus fenômenos. A demanda científica justificou expedições investigativas por todo o mundo e tanto mais nos países colonizados. Conhecer a natureza e a sociedade desses países e continentes era determinante para se construir uma Geografia geral e, por meio dela, compreender a complexidade do mundo natural. O tipo de trabalho derivado desses inventários era descritivo e sem ênfase na ação humana como agente transformador. É importante ressaltar que, embora procurassem paisagens e fenômenos que se repetissem para criar leis gerais, não possuíam, ainda, o que hoje se chama visão sistêmica (interação) ou a noção de natureza como fruto relacional de fenômenos que interagem e se retroalimentam.

A crítica ao descritivismo deve ser amenizada se levarmos em conta que os meios técnicos disponíveis e a linguagem daquele período não desfrutavam dos mecanismos que possuímos atualmente; por isso, retratá-los literariamente e detalhadamente era a forma adequada de tratar as informações coletadas. O correto é dizer que, após os progressos teóricos e tecnológicos, a descrição detalhada pode ter sido uma herança de formação de alguns geógrafos que perdura em algumas produções científicas.

A geografia regional elaborada por Vidal de La Blache é considerada uma construção teórica importante e responsável pela manutenção da importância da geografia como ciência. Capel afirma que após a morte de Humboldt e Ritter, ambos em 1959, a geografia tendeu ao esfacelamento em várias disciplinas e quase desapareceria se não fosse a necessidade de criar uma geografia escolar. Do ponto de vista teórico a geografia geral dava respostas para fenômenos amplos, mas esse nível de informação não produzia explicações das ações humanas em seu meio natural. La Blache conseguiu delinear que o propósito da geografia era identificar em

fragmentos do espaço uma regularidade de fenômenos naturais e sociais. A geografia regional busca identidades em escalas médias e pequenas. A divisão regional se fará por características naturais, pela composição técnica de seus habitantes na relação cultural e natural. Em algumas abordagens é como se o geógrafo tivesse que descobrir a região por fenômenos específicos. Se ouvirmos alguém falar que existe a região Nordeste no Brasil, isso quer dizer que ela é composta por um tipo de natureza dominante, um história política e de desenvolvimento que a faz diferente da região Sul ou Centro Oeste. O trabalho regional poderá produzir subdivisões e de uma forma geral serve par ao planejamento territorial de uma região ou delimitação de uma região administrativa de interesse maior do Estado. La Blache salva a geografia do desaparecimento e recoloca uma função que a faz sobreviver ao desaparecimento. As metodologias mudam ou mudam suas ênfases.

A Geografia regional depende de uma descrição, mas exige uma abordagem que crie a identidade regional. A comparação entre os fenômenos é importante, mas nas escalas regionais pode ser pouco expressiva para dar uma identidade natural particular. Exemplo prático disso é falar da região Nordeste como tendo uma única identidade e compará-la com a região da Provença, na França, que é menor (em superfície) que o estado de Sergipe. A caracterização regional é relativa ao país e suas pesquisas para a gestão política, administrativa e produtiva e não pela dimensão territorial.

A Geografia geral, como foi praticada há um século, entrou em decadência por não servir aos interesses do Estado-Nacional moderno e, segundo vários autores, a Geografia regional lablachiana recolocou em cena a importância da Geografia e a impediu de sucumbir pela fragmentação em outras disciplinas, como Geologia, Climatologia, Biologia entre outras.

A discussão entre Geografia nomotética ou geral (que busca leis gerais) e Geografia idiógráfica ou regional (que busca identidades particulares) estará sempre ressaltada nos debates teóricos, metodológicos e epistemológicos, e também políticos e ideológicos. É importante enfatizar a influência política e ideológica nesse debate porque a informação científica tem uma vertente pura e objetiva pela busca do conhecimento da realidade e uma objetiva e subjetiva associada aos interesses concretos dos governos, empresas e pessoas, que resultam em incompreensões e refutações por desconfiança dos interesses escondidos em alguns de trabalhos científicos.

A divisão entre Geografia física e humana também se faz importante entre essas correntes (alemã e francesa), dando a entender que a Geografia alemã seria determinista, descritiva, geral, nomotética e física e que a francesa seria possibilista sintética, regional, particular, idiógráfica e humana. Não é tão simples assim e uma compreensão desse modo sobre o pensamento geográfico pode levar a entender que um trabalho em Geografia humana está livre de descrição e das informações físicas. Ou que um trabalho de Geografia física pode eliminar a informação dos grupos e aglomerações sociais e sobre sua influência sobre a natureza. No entanto, esta não é uma verdade absoluta nem definitiva. Há diferentes possibilidades de se fazer trabalhos, em qualquer uma das vertentes, com qualidade e com abrangência suficiente para se descrever e explicar os territórios. Há trabalhos em Geografia física de alta qualidade que não necessitam falar da sociedade e há trabalhos em Geografia humana de inestimável valor que não necessitam fazer inferência aos fenômenos físicos. Na seqüência, apresentamos um quadro que separa as relações entre as duas tendências. Esse quadro não deve ser seguido à risca nos dias atuais, já que as tendências metodológicas e teóricas se mesclam e oferecem elementos que explicam mais a realidade dos fenômenos do que na forma como estão expostos.

Características	Geografia Alemã	Geografia Francesa
Teoria Central	Espaço vital: equilíbrio entre uma população e recursos naturais disponíveis	Gênero de vida: a cultura de uma sociedade é capaz de adequar às limitações naturais e transformá-las em vantagens
Objeto da geografia	Leis gerais da natureza	Identificar a relação homem e natureza
Conceituação	Ciência dos lugares, não dos homens	Ciência de síntese
Metodologia	Descritiva/inventário/causas/observação	Relacional/imbricações/finalidade natureza
Caráter dos resultados científicos	Determinista (homem produto do meio)	Possibilista (a cultura transforma o meio)

Apresentação dos resultados	Análise	Síntese
Escalas de abordagem	Geral	Regional
Forma do construto científico	Nomotética Leis gerais e normativas: regularidades de fenômenos e suas causas	Idiográfica Encontrar uma identidade específica de uma parte do espaço
Primazia	Fenômenos físicos	Fenômenos sociais/naturais
Propósito político	Expansionista	Colonialista

*Quadro 1: Quadro síntese comparativo, geral e parcial dos marcos das escolas de geografia Francesa e Alemã*

O quadro comparativo apresentado é simplificador e contém uma distinção bastante superficial da sistematização da Geografia moderna. Essa tendência que separa uma da outra desaparece em trabalhos elaborados no século XX e haverá muita proximidade entre o construto teórico dessas duas correntes que estão apresentados com muita generalidade. Nesse sentido, o quadro deve ser considerado apenas como uma sistematização geral de características muito amplas e ele deve ser visto com cautela, por ser seu objetivo mais pedagógico do que fiel ao fato científico que o inspirou.

Nas distinções entre geógrafos que veremos a seguir, será possível notar que há pensamentos de franceses que incorporam propostas de alemães e vice-versa. Tomar essas ideias de maneira simples pode levar ao estudo empobrecido de cada um desses pensadores e fazer cair em erros como os que reputam ao historiador Lucien Febvre que distinguiu a geografia em duas vertentes (determinista e possibilista). Em um estudo sobre a obra de Humboldt, Ritter e Ratzel, será possível verificar que eles reconheciam o elemento cultural na transformação do espaço. Do mesmo modo, a escola francesa não desconsiderava as influências do meio físico no desenvolvimento das sociedades. (Moraes, 1989, 1990)<sup>17</sup>

**17.** Este trabalho de Moraes “A gênese da geografia moderna” que aprofunda o pensamento de Humboldt e Ritter e a continuidade desse trabalho em outro livro intitulado “Ratzel” (1990) são caminhos que fazem justiça à amplitude do pensamento desses três geógrafos, superficialmente e injustamente chamados de pais do determinismo geográfico.

Mediante o que foi exposto anteriormente, é importante entender que as definições de determinismo e possibilismo servem mais aos interesses ideológicos do Estado-Nacional moderno. Isso distorceu os conhecimentos elaborados por esses geógrafos em favor dos objetivos colonialistas e expansionistas dos Estados-Nação sem qualquer compromisso científico com esses pensadores, embora alguns deles estivessem identificados com os interesses políticos de seus países.

## 4.5 – O pensamento geográfico alemão (Humboldt, Ritter, Ratzel, Hettner, Richthoffen)

Alexandre von Humboldt (1769-1859) é considerado um geógrafo “de campo”<sup>18</sup> cujo objetivo era encontrar leis gerais sobre os fenômenos naturais. As regularidades dos fenômenos físicos forneceriam informações gerais sobre a dinâmica física global. Sua obra *Cosmos* tem o papel de identificar leis gerais com forte relação com a compreensão platônica<sup>19</sup>. Desse modo, era importante conhecer as causas dos fenômenos físicos. A observação e a descrição (textual, inventários, desenhos e cartográfica) são as técnicas de investigação que mais utilizou. A proximidade entre o filósofo Kant e Humboldt não foi confirmada pelos registros históricos, mas o trabalho realizado por Humboldt é profundamente associável ao construto teórico elaborado por Kant, principalmente em sua obra *A crítica da razão pura*.

Por isso, o princípio de causalidade (princípio segundo o qual todos os fenômenos na superfície da Terra têm uma explicação causal e não casual de sua existência) é fortemente ligado ao pensamento humboldtiano.

Karl Ritter (1779-1859), geógrafo alemão tem, em vários aspectos de seu pensamento, aproximação com o que produziu Humboldt. É possível simplificar afirmando que este último era um geógrafo de campo e Ritter um elaborador “de gabinete”<sup>20</sup>. Ritter teve um papel preponderante na construção dos cursos de formação de professores de geografia (Capel,

**18.** Entre os geógrafos, é comum se afirmar que um cientista é “de campo” quando se dedica à busca de dados primários em trabalhos diretamente voltados para atividades empíricas, em viagens, entrevistas, observações, anotações e descrições do que é observado.

**19.** O cosmos platônico deve ser entendido como totalidade da expressão possível do ser; ou seja, expressão do bem. Platão não compreendia o todo por seu caráter corruptível, ou seja, por empreender em seu método a concepção do sensível pelo sensível, uma vez que; segundo Platão, a realidade física nos engana.

**20.** Entre os geógrafos, afirmar que um geógrafo é “de gabinete” é procurar demonstrar que seu trabalho privilegia fontes escritas produzidas por outros cientistas, cabendo a si o papel de ler, interpretar e sistematizar os conhecimentos produzidos por outrem.

1991). Foi professor de Elisée Reclus e Karl Marx. Esse fato dá conta de como a profusão da Geografia moderna influenciou o pensamento científico da virada do século XIX para o XX. O princípio de analogia, sistematizado por Ritter, segue a intenção de descobrir leis gerais da natureza. Esse princípio tem, como base, a comparação entre os fenômenos para destacar suas particularidades, destacando diferenças e semelhanças entre eles.

Ferdinand von Richthofen (1883-1905) segue por uma perspectiva que se pode denominar de humboldtiana de totalidade (harmonia natural). Von Richthofen era empírico-naturalista que se servia das observações de campo e das formas de relevo. Esse tipo de trabalho reforça a [geomorfologia](#) no papel de descrição e compreensão das paisagens e seus relevos. Ele fez uma viagem à China que durou cinco anos, de leste a oeste e de norte a sul, colhendo informações e mapeamentos sobre a rota da seda. Efetou estudos geológicos e levantamentos topográficos completados com informações econômicas e sociais. Na Alemanha, passou sete anos elaborando o grande mapa da China, tarefa que o notabilizou como um dos grandes geógrafos do mundo.

[Alfred Hettner](#) (1859-1941) é considerado neokantiano. Ele põe a Geografia no plano de encontro do nomotetismo e do idiografismo, centrando a referência unitária no conceito de região. Para ele, a região é a categoria universal da Geografia, o conceito portador da capacidade de oferecer uma visão de unidade de espaço que ele denomina corológica que seria configurada através da pluralidade dos aspectos físicos e humanos. Desse ponto, o conceito auxilia a forjar a síntese do mundo, que seria a identidade metodológica e científica da Geografia. Assim, chega-se à síntese regional por intermédio da interação entre a Geografia sistemática, parte da Geografia encarregada de realizar a análise dos fenômenos no seu plano tópico, e a Geografia regional, a verdadeira Geografia, que se serve da primeira, ao mesmo tempo em que lhe impõe a necessária unidade sintética. Embora crítico de Kant ao realizar o esforço de unir a Geografia geral à regional, sua análise e síntese parece buscar algo semelhante ao kantismo quando une empirismo (observação) com racionalismo (razão) na busca da diferenciação das áreas ou entender o porquê delas se diferenciarem.

Leo Waibel (1888-1951) Dois conceitos destacam-se na elaboração teórica do autor: o de Wirtschaftsformation (Formação Econômica) e o de Kulturlandschaft (Paisagem Cultural). Analogamente a uma formação vegetal, afirma Waibel, uma paisagem econômica contínua pode ser denominada de formação econômica. A agricultura emprega para essas unidades, se-

jam extensas ou reduzidas, geralmente a denominação de “zonas”. Ele fala, assim, de uma zona de cultura de hortaliças, uma zona tricultora, uma zona de laticínios etc. Já a paisagem cultural, dentro da Geografia agrária, é entendida como resultante do uso do solo, ou seja, do tipo de cultivos, técnicas utilizadas, estradas e instalações, determinado pela Formação Econômica (ETGES, 2000).

## 4.6 – O pensamento geográfico francês

Elisée Réclus (1830-1905) foi aluno de Karl Ritter e produziu uma Geografia com forte referência em Humboldt e Ritter. A obra de Réclus teve impacto importante na educação da França, Espanha e outros países da Europa. De fato, foi essa referência que teve relevância para os geógrafos franceses que o sucederam, embora haja registros de que La Blache combateu essa influência na França. Seus livros, sua atividade política como anarquista e sua dedicação à educação fez Réclus ser popular e reconhecido. É possível afirmar que ele prenunciou as bases do geoambientalismo, da sustentabilidade e de uma geopolítica próxima da compreensão contemporânea. Sua formação pela escola alemã não o fez um determinista e sua posição política deixou mais claro que a ação humana é responsável pela transformação do espaço reconhecendo a capacidade de poluição e necessidade de uso adequado da natureza. A base metodológica que ele deixou para a Geografia impedia a separação dos fatos humanos e dos fenômenos naturais, trazendo conjuntamente a preocupação com a liberdade das nações e de seus povos.

Vidal de La Blache (1845-1918) foi responsável pelo conceito de gênero de vida e criou as bases metodológicas da regionalização que recolocou a Geografia como disciplina importante entre as demais ciências. A proposta vidalina serviu ao planejamento estatal e permitiu o desenvolvimento de monografias regionais que buscavam identidades espaciais ou idiográficas para espaços determinados por variáveis comuns, procurando superar as limitações que a Geografia geral, característica da escola alemã, tinha para a compreensão da organização espacial.

Jean Brunhes (1869-1930) preocupava-se com a política e tinha posições consideradas católicas sociais. Sua obra sobre os princípios da Geografia colocava a existência de vários níveis de percepção dos fenômenos. Primeiro, estaria a Geografia das necessidades vitais (exploração da terra), depois a Geografia social e, por fim, a Geografia histórica e política. O método por ele proposto considerava os seguintes feitos essenciais: a) a ocupação improdutiva (casas e vias); b) a conquista vegetal e animal (cultura e pecuária) e c) a economia destrutiva

(devastação dos animais, vegetais e exploração mineral). Essa superfície seria encontrada a ação da sociedade e acresceria o nome da Geografia Humana como referência para escola francesa de geografia.

Max Sorre (1880-1962) elaborou o conceito de habitat que se refere à porção do planeta vivenciada por uma comunidade que a organiza. É a humanização do meio, que expressa múltiplas relações entre o homem e ambiente que o envolve. Aproxima-se do axioma vidalino de gênero de vida.

Emmanuel de Martonne (1873-1955) é conhecido por desenvolver, ao longo de sua vida, um amplo trabalho docente de difusão da Geografia como ciência experimental. Visitou duas vezes o Brasil (1933 e 1937), realizando levantamentos morfológicos e ministrou cursos na Universidade de São Paulo. Seu estudo sobre problemas morfológicos do Brasil tropical-atlântico foi um dos primeiros trabalhos de geomorfologia climática no mundo. Para ele, tudo aquilo que existe na superfície terrestre e forma parte da paisagem pode ser considerado como um fato geográfico. Um fato geográfico se caracteriza por ser um elemento tangível e é, de certo modo, permanente ou estável, como as montanhas, os rios, as comunidades humanas, um edifício, uma árvore etc. O fenômeno geográfico ocorre quando se pode observar uma mudança mais ou menos imediata na superfície terrestre, mostrando alterações no ambiente.

[Pierre Deffontaines](#) (1894-1978) iniciou seu contato com o Brasil na década de 1930 e, conjuntamente, com Pierre Monbeig, fundou a cadeira de Geografia na Universidade de São Paulo em 1935. Foi, também, um dos principais responsáveis pela criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, do Conselho Nacional de Geografia e da Revista Brasileira de Geografia. Deffontaines foi fortemente influenciado por Jean Brunhes, por sua vez discípulo de Vidal de la Blache. É considerado introdutor da “escola francesa de geografia” no Brasil e teve papel determinante na estrutura do curso de formação de professores de Geografia. Seus artigos, de cunho vidalino (ou lablacheano), descreviam a dimensão continental do Brasil, onde a natureza definia a organização das atividades humanas. Como La Blache, ofereceu ao Brasil uma matriz de pensamentos ao dispor do planejamento estatal e com os projetos nacionais brasileiros da era Vargas.

Pierre Monbeig (1908-1987), também influenciado pela geografia regional vidalina, destaca a importância da cultura na transformação do espaço e se coloca em posição oposta ao

determinismo econômico ([GAETA, 2007](#)). Dantas (2005, p. 30) afirma que sua ideia de complexidade em geografia humana coloca a necessidade de ir além da descrição, indo buscar as contingências que cercam a relação entre o homem e a natureza. A Terra, para Monbeig, é um todo cujas partes se condicionam. O homem será o perturbador de um equilíbrio complexo e o geógrafo deverá recolher como essas diversas influências contribuem para a formação espacial e adaptação humana. Como co-fundador da cadeira de Geografia na Universidade de São Paulo, em 1935, irá influenciar a formação de geógrafos com forte cunho da Geografia regional francesa que dará à escola de Geografia brasileira sua ênfase na Geografia humana.

## 4.7 – As abordagens de inspiração anglo-americanas

Ellen Semple (1863-1932) tem proximidade com a obra de Ratzel (*Antropogeografia*) e inspirou a produção de várias obras e artigos caracterizados como sendo deterministas. Em seu pensamento, o meio físico tem papel mais preponderante do que a ação humana e sua cultura na transformação espacial. Ou seja, o meio determina o homem, em palavras diretas. O determinismo geográfico, como se conhece hoje, tem mais sua influência do que reputam a Ratzel e irá dar um caráter próprio à Geografia anglo-saxônica com maior ênfase no empirismo e na descrição do meio físico. Semple, por exemplo, recorre à Bíblia, em alguns de seus escritos, para definir a importância da natureza sobre a sociedade. A finalidade de seus trabalhos é entender as vantagens ambientais e suas influências no desenvolvimento econômico.

Ellsworth Huntington (1876-1947) concluiu que as populações de regiões frias tinham performance econômica superior à de países tropicais, fenômeno ao qual chamou de “paradoxo tropical”. De acordo com esse geógrafo, a influência do clima na performance econômica também podia ser verificada nas estruturas políticas pois os Estados tropicais tendem a ter uma história política instável. O determinismo climático que baseou a obra de Huntington, passou a ser uma consideração exarcebada para outros campos e utilizado como explicação simplória para explicar a pobreza e subdesenvolvimento.

Richard Hartshorne (1899-1992) é conhecido por seu método de regionalização que, diferente do que propôs La Blache, seleciona elementos para se delimitar um espaço e não a totalidade de elementos que o compõe. A região, para Hartshorne, deve ser compreendida conceitualmente quando é especializada por funções correlatas. Não quer dizer que ele negue a regionalização tradicional, mas aprofunda o pragmatismo da informação geográfica que deve

ter finalidade para o planejamento e desenvolvimento humano. Seus trabalhos são influenciados pelo kantismo e ele escreveu um texto importante sobre a relação das obras de Kant e de Humboldt (HARTSHORNE, 2006).

David Harvey (1935) tem sua formação na Geografia quantitativa mas, aos poucos, foi se apropriando das bases epistemológicas marxistas. Por essa mudança de perspectiva, ele é considerado um dos pilares da Geografia radical. Os pressupostos de Harvey colocam a luta de classes no centro dos debates temáticos da Geografia com uma qualidade que extrapola a ideologia que marca parte da corrente da Geografia crítica mundial. Seus escritos sobre a ação do capital na civilização servem de pilar para a construção de uma crítica à globalização e para a compreensão da ação das corporações na internacionalização do capital. A sociedade está no centro do debate geográfico e na esquerda política arrefecida no final da década de 1990, mas com mais aprofundamento após a crise econômica de 2008. Sua obra *A condição pós-moderna* é referência, no Brasil, para se entender sua compreensão teórica da Geografia.

Edward William Soja (1940) tem seus trabalhos voltados para o planejamento urbano. Seus referenciais teóricos baseiam-se no materialismo histórico e ele percorre um caminho mais eclético entre os geógrafos radicais estadunidenses. Sua obra *Geografias pós-modernas* é polêmica e teve enorme repercussão na década de 1990. Soja é considerado, por alguns críticos, como um geógrafo pós-moderno por sua aproximação com a Geografia cultural.

Doreen Barbara Massey (1944) é referenciada por produzir trabalhos influenciados pelo materialismo dialético e, por isso é, definida como geógrafa marxista. Um dos seus campos de estudo é a globalização e suas relações com o desenvolvimento das cidades, e a reconceitualização do espaço urbano e na divisão espacial do trabalho. Seu conceito de geometria do poder tem como aporte a compreensão das profundas divisões entre ricos e pobres e as desigualdades provocadas pelo capitalismo. Seus argumentos são que o espaço é composto por várias identidades que não estão congeladas, ou seja, o espaço é permeado por processos permanentes de múltiplas identidades e não é fechado, mas consequência de superposições de ações humanas dinâmicas.

## 5. A institucionalização da Geografia no Brasil



### 5.1 – Introdução

No Brasil há marcos importantes sobre a institucionalização da Geografia como foram as fundações dos [Institutos de História e Geografia Brasileiro no Rio de Janeiro](#) em 1938 e os que surgiram em vários estados do país, inicialmente ocupado por engenheiros militares, cartógrafos, advogados e historiadores. A criação do curso de formação de professores de Geografia com a fundação da Universidade de São Paulo é um marco importante para a formação de uma massa crítica com base na Geografia. A criação do Instituto de Brasileiros de Geografia IBGE viabiliza a produção e divulgação de informações estratégicas para o Brasil.

Nos últimos cinquenta anos, o Brasil vivenciou a emergência de três tendências importantes no pensamento geográfico. Essas tendências são antagônicas quanto ao método, às temáticas e à componente ideológica.

A *new geography* ou Nova Geografia decorre de uma ruptura metodológica, ideológica e epistemológica no fazer científico geográfico. De forma geral, essa referência é feita, por um lado, adotando em bases matemáticas e estatísticas para abordar o fenômeno geográfico e, por outro, pela consideração mais humanista centrado na percepção do indivíduo sobre o próprio espaço. Caberiam, nessa Geografia, novas outras forças teóricas e correntes ideológicas, porém, são as tendências citadas as que carregam essa denominação. Na perspectiva matemática, estatística, quantitativa ou teórica (tradução equivocada do vocábulo inglês *theoretical* que significa teórica), o pressuposto central é considerado neopositivista<sup>21</sup> por defender a ideia de que o fenômeno geográfico é um fato verdadeiro se houver regularidade, forma específica e reprodutibilidade. Se o fato for propositivo para criar modelos teóricos matemáticos, por ser matematizável e mensurável, pode se tornar a base para a elaboração de uma informação, de um modelo e de uma teoria. A busca por modelos permitiu um desenvolvimento impressionante nessa tendência, acumulando a crítica de não ser capaz de tratar de questões sociais com qualidade ou de propor a criar modelos infalíveis sobre a realidade geográfica de um fenômeno ou de um país.

No Brasil, a Geografia quantitativa teve seu núcleo gerador de trabalhos a UNESP de Rio Claro e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que ofereceram uma produção teórica e científica que deixou uma tradição importante. A geografia quantitativa enfraqueceu-se desde a década de 1990, com o desaparecimento dos teóricos que foram pilares da defesa dos fenômenos quantificados e de modelos derivados. O IBGE<sup>22</sup> foi o berço da Geografia quantitativa porque foi importante para esse órgão governamental fortalecer essa forma de abordar os fenômenos. Com o fim da ditadura militar que definiu o regime político brasileiro (1964-1985), não se pode dizer que a mesma carga ideológica permaneceu como na década de 1970 e de outros períodos históricos. O IBGE notabilizou-se, também, por

**21.** Neopositivista: pessoa ou tendência que se identifica com o neopositivismo, doutrina filosófica que se desdobra a partir dos ensinamentos da Escola de Viena, cujo objetivo principal foi restabelecer a linguagem matemática como linguagem genuinamente científica e do princípio da falseabilidade como possibilidade de se provar se o conhecimento é verdadeiro ou não.

**22.** O IBGE faz parte de uma história nacional de 188 anos de busca do registro estatístico do Brasil que foi iniciada em 1822. A data de fundação do IBGE foi em 1936 e desde então tem servido como base para o planejamento político, administrativo e territorial, sendo o berço da profissionalização institucional da informação geográfica baseada em sensores de diversas naturezas. Para obter as informações oficiais da história do IBGE acessar o sítio: <http://www.ibge.gov.br>.

ser responsável por contribuições fundamentais para o planejamento das políticas públicas do país e de suas comparações em escala global, além da realização dos recenseamentos gerais decenais que permitem inúmeros estudos sobre população e economia, por meio de cálculos de inflação e PIB, por exemplo.

A Geografia humanista ou da percepção considera a percepção que o indivíduo elabora do espaço e percorre o caminho das emoções e representações subjetivas das populações. Ela constitui uma tendência também conhecida como fenomenológica<sup>23</sup> e por vezes Geografia cultural. Essa tendência recebe críticas por trabalhar com dados subjetivos por parte de alguns críticos da Geografia quantitativa (positivista) e como despolitizada pela tendência marxista.

**23.** Fenomenologia é uma palavra que pode criar muitas confusões em decorrência de que tudo que é passível de acontecer é um fenômeno. Sendo um fenômeno é algo observável e palpável. A fenomenologia como propósito e método trabalha com fenômenos de origem subjetiva das pessoas, percepções da mente, sensações e compreensões que tem origens no pensamento e que embora não sigam lógicas matemáticas e a razão ou pensamento reflexivo, tem o poder para delinear o comportamento e a ação individual ou coletiva em sua relação com o espaço e com a sociedade.

A Geografia humanística teve seu desenvolvimento no Brasil principalmente na década de 1990, quando geógrafos, insatisfeitos com a produção científica quantitativa e marxista, acusavam-nas de não darem importância à cultura e aos fenômenos da percepção do indivíduo. A polarização ideológica entre conservadores e revolucionários pode ser responsabilizada, em parte, por essa ausência nos estudos geográficos brasileiros, mas não deve ser excluído o fato de que a falta de um método confiável e sistematizado pode ser importante para seu lento progresso até a década de 1990. Outra fragilidade dessa tendência é o pouco domínio do método fenomenológico e da adoção de temas mais descritivos, pautando-se pelos estudos de espaços sagrados ou ritos religiosos, com pouca interdisciplinaridade com a Antropologia.

A Geografia radical (ou crítica, ou marxista) considera a luta de classes e as teorias marxistas como centrais para se abordar um fenômeno geográfico. A sociedade de classes é injusta e a desigualdade social responde por transformações espaciais que desfiguram as nações e a paisagem natural em sentido da acumulação de capital e poder. Os espaços urbano e rural são pensados na perspectiva da expropriação das riquezas (sociedade e natureza) ou virtualidades espaciais. A insatisfação com as explicações por meio de modelos (ou pela linguagem matemática) e a necessidade de se abordar temas tangentes à assunção das desigualdades

sociais “descobertas” nos países centrais, quando ficou evidente a distância entre as pessoas por meio da segregação social (guetos negros nos Estados Unidos) e a força geopolítica das grandes nações (guerras contra países colonizados, como o Vietnã), deram força para que as teorias marxistas emergissem como fontes de explicação do mundo capitalista. Um dos principais marcos dessa tendência foi a publicação de um livro intitulado *A Geografia* – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra, de Yves Lacoste, no final da década de 1970, na França. Nesse livro, o autor denuncia a existência de diferentes “geografias”, que seriam obstáculo para a compreensão da realidade. A Geografia dos professores esbarraria no conceito de região como obstáculo para a explicação da sociedade; a Geografia dos Estados-Maiores seria responsável pela definição da geopolítica mundial, expondo as disputas entre os países no domínio dos menos desenvolvidos; e a Geografia do senso comum, aquela incorporada por todos com grande carga ideológica, legitimaria as duas anteriores. Esse livro teve repercussões importantes no Brasil e foi motivo para mudanças nos parâmetros curriculares, o que levou a mais um “cisma” entre a Geografia física e a Geografia humana porque se disseminou a ideia de que os aspectos físicos não seriam mais importantes para essa ciência.

As resistências contra a Geografia crítica são fundadas na carga ideológica que ela carrega, pela falta de um método específico (um “método geográfico”) e porque não se dá ênfase aos fenômenos naturais em suas construções, além de se negligenciar as representações cartográficas como elemento importante na linguagem geográfica. Mesmo assim, essa tendência não pode ser considerada como um movimento único que reuniu geógrafos que produziam as mesmas ideias. Pelo contrário, os antagonismos entre os geógrafos foi marca importante na tendência.

As três vertentes conviveram desde o final da II Guerra Mundial com avanços particulares e com críticas cruzadas durante a Guerra Fria, quando as disputas ideológicas entre o capitalismo e o socialismo real foram marcas de uma época conturbada e de polarizações.

## 5.2 – As rupturas epistemológicas

As rupturas epistemológicas entre as geografias realizadas até a década de 1990 são basicamente relativas ao objeto, ao sujeito, aos paradigmas<sup>24</sup> e aos métodos adotados para abordagem e compreensão da realidade.

Há autores, como Milton Santos, que já defendiam, na década de 1970, a ideia de que não há um método quantitativo para avaliar o fenômeno geográfico, mas sim uma metodologia para construir uma descrição mais fiel dos fatos geográficos. A matemática e o modelo são ferramentas e não métodos (SANTOS, 1980). O método é hipotético-dedutivo (sendo básico para as correntes positivistas) quando trabalha com dados objetivos e objetivantes da realidade (SPOSITO, 1994) que podem ser medidos, contados e consolidados com auxílio de ferramentas e técnicas estatísticas produzidas pela matemática. O método é identificado como positivista por seguir uma linha de raciocínio de que um conhecimento só é válido se tem um uso pragmático (MORAES, 1995). Isso significa que é possível produzir conhecimento que tenha uso e utilidade para problemas reais e imediatos enfrentados pela sociedade. Toda informação geográfica deve ter uma base quantificável precisa e livre de informações dos juízos de valores e crenças. Essa característica, que nega o componente ideológico do conhecimento geográfico já é, em si, uma postura ideológica.

A fenomenologia trabalha com um método subjetivo e o sujeito (ou grupo social) é o centro da apreciação científica. Por apostar nesta subjetividade e na representação social ou naquilo que as pessoas explicam perceber, crer, imaginar, lembrar e usufruir de suas relações e interpretações espaciais não é compatível com o positivismo que tem sua base material na realidade concreta e não em crenças e sensações humanas.

Na geografia crítica a base concreta de abordagem é a desigualdade de acesso à transformação espacial e a injustiça social gerada desse processo. A história<sup>25</sup> auxilia para explicar como a sociedade de acumulação de capital reproduz as condições de expropriação das classes trabalhadoras e as desvantagens espaciais criada pela opressão, tecnologia e informação vinda das classes ricas.

**24.** Paradigmas são propostas, leis, axiomas, assertivas que a ciência se baseia para desenvolver seus avanços e descobertas. Um paradigma pode ter validade ou se manter parcialmente no tempo. Por exemplo: a mecânica newtoniana é um paradigma que ainda serve com explicação para algumas leis da física que não desapareceu com a teoria da relatividade e nem esta em decorrência da física quântica. Isso ocorre com todas as demais ciências e em alguns casos a mudança de um postulado ou ideia científica são tão severamente derrubados que esse processo recebe o nome de Revolução Paradigmática.

**25.** Materialismo histórico é o conceito desenvolvido por Karl Marx que tem como pressuposto que a realidade é historicamente modificada e os processos que explicam a transformação social podem ser compreendidos de maneira mais satisfatória se entendermos que a vida das classes trabalhadoras e sua condição de opressão e expropriação da força de trabalho tem uma gênese ou história que deve ser rompida por processos revolucionários ou neles inspirados para que favoreçam reapropriação do fruto do trabalho e do espaço produzido pelas classes trabalhadoras.

As três proposições brevemente descritas acima romperam com estudos generalistas e não sistematizados, embora alguma de suas técnicas e metodologias estivesse presentes em trabalhos anteriores à mudança provocada pela New Geography (SANTOS, 1980).

A new geography rompe definitivamente com a pura descrição de fenômenos ao mesmo tempo em que oferece fundamento para as ideologias existentes em seus campos e para um fazer científico mais pautado na necessidade de planejamento e de organização social sem se propor, no entanto, a transformações das estruturas sociais.

No campo teórico, as rupturas são claras quanto ao método e à base teórica em que se assentam os frutos dos trabalhos produzidos e, para não se cair num relativismo de que todas são importantes, é preciso ter em mente que a questão central é qual resposta científica está à altura de explicar a sociedade em todas as suas contradições.

Hoje, as críticas que adeptos das três tendências fazem entre si, persistem e formam tendências e agrupamentos de geógrafos, persistindo com as polarizações e antagonismos conformados e cristalizados desde a década de 1990. Mesmo assim, há geógrafos teóricos com trabalhos respeitáveis por sua sistematização e compromisso social e técnico, ainda que seja comum encontrar conservadores com tendência positivista e revolucionários, mais militantes que claros epistemologicamente. O que se pode distinguir é a tênue linha que separa o fruto das pesquisas nos dias atuais para dar respostas aos fenômenos que não foram obtidas ou plenamente alcançadas e, por isso, há convivência nos mesmos corredores universitários, congressos, coletâneas e livros, mesmo que persista o antagonismo ideológico.

Não se pode ainda dizer que há uma crítica apenas surgida dentro da Geografia crítica ou radical. Há críticas de diversas bases em relação aos modelos matemáticos e a sua construção e, do mesmo modo, na Geografia da percepção e na Geografia crítica, há permanente questionamento de suas insuficiências e prevalências. Um afastamento para avaliar o que é de qualidade científica inquestionável depende de uma formação epistemológica que consiga analisar os trabalhos que realmente estão comprometidos com a sociedade e com seu futuro no que tange à sua construção teórica e à transformação da sociedade.

## 5.3 – Como está a Geografia Brasileira hoje?

O questionamento de perspectivas científicas dentro da Geografia é correto, necessário e não elimina em nenhum caso o aporte ideológico dos críticos nem dos criticados, criando no ambiente científico o que pode ser chamado de escola de Geografia brasileira, que está entre as mais fervorosas e profícuas geografias trabalhadas no mundo.

O Brasil tem, por razões históricas próprias da dimensão territorial e sua complexidade, uma formação geográfica distinta e que, progressivamente, tomou um rumo comprometido com o território e suas relações específicas e relacionais com o espaço mundial. Isto quer dizer que há uma Geografia brasileira que assumiu sua própria identidade desde o início do século XX, com acentuação nas últimas décadas desse século e no século atual. Na década de 1970, porém, as tensões políticas forçaram a produção de um olhar científico para a realidade brasileira mais específico, e isso se materializou na obra de Milton Santos, que se tornou paradigmática e definitiva para se entender o pensamento geográfico brasileiro.

O risco até hoje assumido é que mesmo em trabalhos sem compromisso com o materialismo histórico é verificada uma influência em relação ao que foi construído com base marxista. A Geografia brasileira vive em permanente alteridade entre o compromisso social e o compromisso com os interesses corporativos de toda ordem.

É possível falar de uma Geografia brasileira porque a sua institucionalização passou também pela criação de inúmeras universidades espalhadas pelo Brasil. A maioria dos corpos docentes surgiu da Universidade de São Paulo e, de lá, foi se disseminando por todo o país por meio da formação de pessoas, nos níveis de mestrado e doutorado que, de volta às suas unidades universitárias, foram produzindo, modificando e disseminando conhecimentos que passaram a ter características próprias. Por isso, criaram-se novos corpos críticos no Sul, Nordeste, Sudeste e em outras partes do Brasil que elaboraram importantes estudos para a compreensão das questões nacionais em todas as escalas.

As demandas específicas e a não adoção de apenas um método científico e um padrão metodológico permitiu delinear respostas para fenômenos repletos de variáveis, o que exigiu estudos com amplitude, intuição e esforço científico continuado na busca de respostas. O fruto desses fatores é que serve de base para se dizer que há uma heterogênea geografia brasileira

com potencial de dialogar com pesquisadores tanto de países com grande tradição científica e considerados ricos como com países que não possuem a mesma história e estrutura acadêmico-científica.

No entanto, não há um consenso sobre o que é a Geografia brasileira hoje por sua abrangência e amplitude. A forte referência em Milton Santos ainda persiste, mas não é possível dizer que toda a Geografia nacional seja sua herdeira. Pode se afirmar, com propriedade, que ainda não se formaram metodólogos abrangentes como Santos, cuja contribuição está cristalizada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, mas não se pode afirmar que isso não ocorrerá.

A Geografia brasileira pode ser lida, atualmente, por diferentes prismas. Ela possui traços da escola francesa e suas diversas bases. Em outro prisma, é anglo-saxônica, mas há também influências das escolas de Geografia alemã e da italiana contemporânea. Todo esse mosaico é fruto de um dos grandes planos mundiais de formação em nível de pós-graduação para dentro e para fora do Brasil. O número de mestres, doutores e pós-doutores aumentou nas décadas de 1980 e 1990 e, de modo impressionante, a partir de 2000, o que é decorrente da inversão de recursos públicos para a pesquisa, para a formação e criação de cursos de pós-graduação.

Embora na década de 1990 o corpo docente de universidades públicas tenha se reduzido em seu crescimento, por outro lado aumentaram as universidades privadas superando as primeiras em número e criando um mercado de trabalho para aposentados oriundos das universidades públicas e importantes para novos pós-graduados. Tais processos alimentaram a indústria de literatura geográfica e de eventos acadêmicos que levaram o discurso geográfico em primeira mão para lugares que antes não o recebiam.

Esse conjunto de ocorrências na década de 2000 pode assim ser resumido: aumento do poder aquisitivo de graduandos e pós-graduandos; aumento da empregabilidade dos que se formaram nesses níveis; aumento de pesquisadores que entendem, falam e produzem em mais de uma língua; abertura de novas universidades públicas, ampliação e renovação do corpo docente de universidades já estabelecidas. Tudo isso criou uma dimensão para geografia brasileira que ainda está para ser estudada.

A apreciação justa da Geografia brasileira é que ela está situada entre as mais produtivas e variadas, capaz de compreender o conhecimento geográfico produzido em outros lugares do mundo e confrontá-lo nos eventos científicos nacionais e internacionais com inestimável proveito em todas as linhas de pesquisa. A Geografia Urbana do Brasil, por exemplo, tem sido tão copiada como reverenciada, com seus temas que vão das habitações precárias aos grandes investimentos na reestruturação das cidades. O mesmo se pode dizer da Geografia Agrária, cujos temas são contraditórios, indo dos movimentos sociais que disputam a terra quanto os investimentos capitalistas no campo. E da geografia humana e física que não param de trazer novos arcabouços para o Brasil e para o mundo e desse entender o que nos auxilia.

A Geografia brasileira não se fechou para o mundo e não se permite aceitar análises externas sem um grande embate no campo da pesquisa epistemológica e do pensamento geográfico nos fóruns nacionais que estão se multiplicando e especializando.

## 5.4. O papel da Associação dos Geógrafos Brasileiros e dos Programas de Pós-Graduação

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) foi fundada em 1934, em São Paulo, por quatro geógrafos, entre eles o brasileiro Caio Prado Junior e francês Pierre Deffontaines. Seus objetivos iniciais eram a organização de debates quinzenais sobre temas atuais e a realização de trabalhos de campo. Nesses tempos, a associação tinha pouco diferenciamento das práticas do IBGE. No entanto, depois de várias mudanças estatutárias, que permitiram a adesão cada vez maior de geógrafos, nas décadas de 1969, 1970 e principalmente 1980 a AGB passou a ter um novo papel de interferência na Geografia brasileira que não existia até então.

Em 1972, em decorrência da revolução interna por que passou a associação, abrindo-se para que todos os profissionais e estudantes de Geografia pudessem votar e serem votados nos cargos de direção da entidade tanto em nível nacional quanto nos níveis regionais, ocorreu, em Presidente Prudente, o I Encontro Nacional de Geógrafos, com a participação de aproximadamente 600 pessoas. Aí se inicia um percurso dos encontros que reúnem geógrafos do Brasil e do exterior, com a presença maciça de estudantes, chegando, na atualidade, a reunir mais de três mil participantes. Torna-se mais ampla a difusão do pensamento geográfico de várias partes do mundo, em confrontos teóricos e metodológicos, políticos e ideológicos, que retirou a

Geografia de seu papel descritivo e colocou o trabalho geográfico numa frente comprometida com o povo brasileiro.

As seções locais da AGB se reproduziram, sempre, coladas ao corpo docente de alguma universidade. Com a polêmica entrada dos estudantes como sócios ao lado de geógrafos profissionais, as questões de formação dos graduandos recebeu uma tônica que não era preocupante anteriormente. O conservadorismo de alguns cursos de graduação, fruto correspondente de corpos docentes sem pós-graduação, sem pesquisa, sem didáticas definidas e muitas vezes associada a gestões de reitorias desqualificadas das universidades públicas e privadas fez dos encontros de geografia promovidos pela AGB como uma grande escola de formação científica, pedagógica e política.

Há geógrafos que defendem e testemunham a AGB como a grande formadora de um pensamento independente e engajado na sociedade brasileira que não era admitida, anteriormente, no nível da graduação. Muitos dirigentes, sócios e sócios estudantes optaram pelo caminho político da AGB, uma parte apenas para a oportunidade formativa profissional ali oferecida; entretanto, são inúmeros os nomes de geógrafos renomados que foram dirigentes da AGB e depois exerceram outras atividades na universidade, como chefes de departamentos, coordenadores de cursos de graduação e de vários níveis de pós-graduação.

Guardadas algumas ressalvas, a AGB é o âmbito em que todo encaminhamento de formação científica teve eco na política nacional, já que os debates no nível das coordenações de pós-graduação só se fortaleceram da metade da década de 1990 e daí começaram a ser menos influenciadas pela discussão interna da AGB. Nesse momento histórico, surgiram outros critérios de avaliação, que não eram unânimes, alguns contrários aos propósitos da AGB, alguns por só apreciarem a produção científica formal e numérica. De um modo geral, não se pode dizer hoje que AGB aponta caminhos para a produção científica de geografia em nível de pós-graduação.

O surgimento de um fórum constituído pela Associação Nacional de Pós-Graduações e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), passou a ser o ambiente que responde pelo que está ocorrendo e propósitos cobrados dos cursos de pós-graduação em Geografia do Brasil. Embora a ANPEGE abrigue, também, muitos, isso não permite dizer que a AGB tem hoje o mesmo papel.

## 5.5. Perspectivas e desafios para o século XXI

Em pesquisa e desenvolvimento científico é sempre arriscado trabalhar com as previsões dos avanços. Não se pode falar do futuro sem se cair no mundo da imaginação e da crença. As tendências podem apenas abrir frestas em janelas, mas não mostrar tudo que se aproxima.

Os fatos que não escaparão de nenhum pesquisador é o uso da tecnologia que avança no campo do mapeamento genético e sua manipulação, da química inteligente, da nanotecnologia, das redes virtuais em todos os sentidos e dinâmicas, da computação quântica e, talvez, a imbricação de todos esses conjuntos de agrupados tecnológicos embutidos em artefatos, produtos e até novas formas de vida artificializada.

A Geografia é uma ciência do espaço e toda essa dimensão tecnológica que ora parece ameaçadora, ora libertadora, será a força motriz da transformação, uso e abandono de espaços, de países e de parcelas da sociedade. Nisso nada há de diferente, mas da mesma forma que se pode avaliar a transformação do espaço como uma fatalidade de expropriação contínua e acelerada do empobrecimento da maior parte da população mundial, é impossível afirmar que a sociedade se manterá como espectadora de acontecimentos tão radicais.

Não sabemos que desafios deverão surgir, mas a fome e alimentação inadequada, falta de acesso aos recursos naturais de qualidade, desemprego estrutural e conjuntural, perda de direitos e conquistas sociais, conflitos étnicos religiosos e destruição por crises econômicas, por exemplo, estarão em pauta em todas as frentes que a Geografia atuar nas próximas décadas. Entretanto, não há qualquer certeza sobre o agravamento, mudança ou desaparecimento de problemas que hoje são tão vigorosos.

A geopolítica, os modelos econômicos, a evolução dos eixos de mercado e poder estão sendo transformados e países líderes nos últimos três séculos estão dividindo sua preponderância de forma muito acelerada. A matriz energética que sustentou o século XX está sendo questionada, substituída ou consorciada por outras matrizes. Ações globais estão sendo tomadas para conter processos de destruição ambiental e seus impactos sociais e polemicamente tratados no campo da climatologia, recursos hídricos e dos bens comuns naturais.

Delongar nas variáveis não irá servir a muita coisa. O correto, parece, é assumir uma posição responsável sobre a óbvia esgotabilidade da natureza e da sociedade diante da força da vida humana e da natureza em moldes que não comprometam os limites das virtualidades espaciais. Habilitar a sociedade em bases políticas, técnicas, científicas e informacionais, resguardada pelos valores democráticos, é o desafio central das várias ciências e não será diferente para Geografia.

## Referências

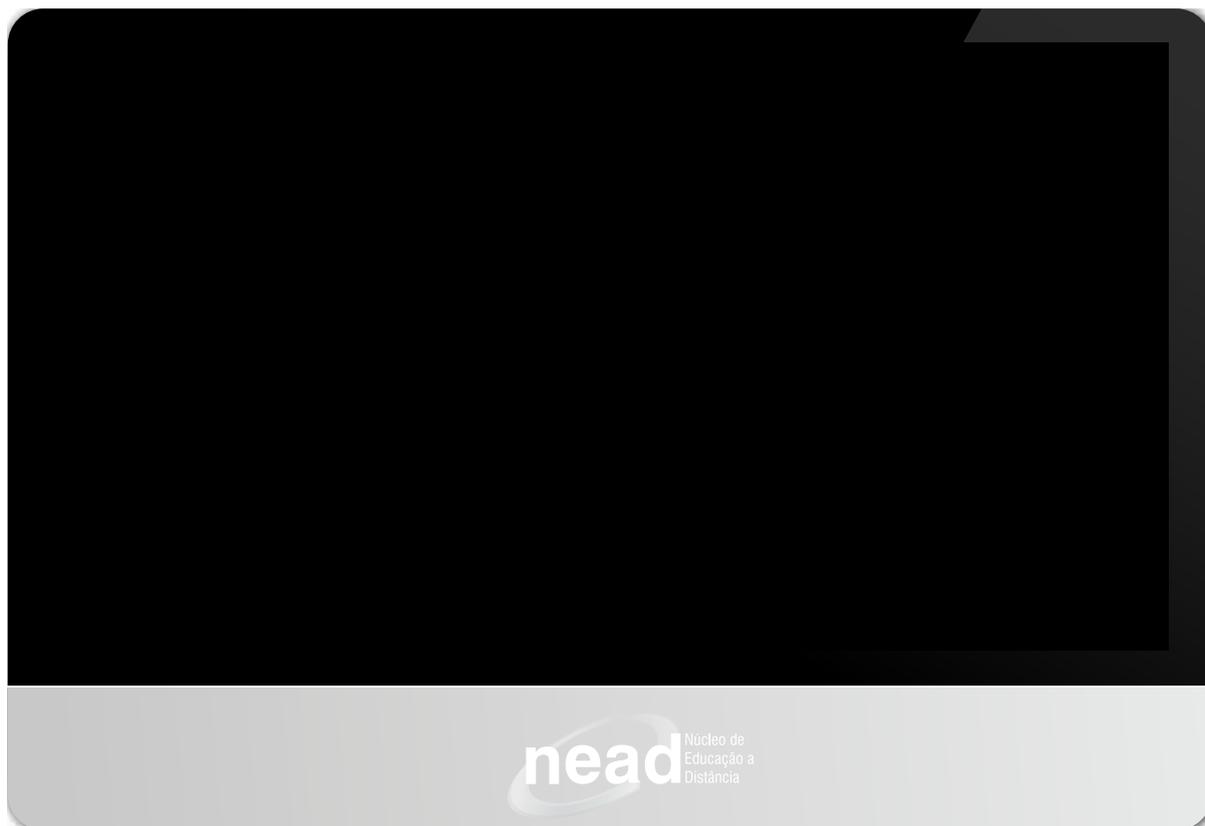
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para investigação. In: ZIZEK, Slavoj (Org). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contra Ponto, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998. 156 p. Disponível em: <[http:// portal. mec. gov. br/ seb/ arquivos/pdf/geografia.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2011.
- CAPEL, Horácio. Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea. Barcelona: Barcano-va, 1991.
- CARDOSO, Luciene P. Carris. Novos horizontes para o saber geográfico: a sociedade de geografia do Rio de Janeiro (1883-1909). Revista da SBHC, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 80-96, jan./jun. 2005. Disponível em: <[http://www.sbhc.org.br/pdfs/ revistas\\_ anterio- res/2005/1/artigos\\_6.pdf](http://www.sbhc.org.br/pdfs/revistas_anteriores/2005/1/artigos_6.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2010.
- DANTAS, Aldo. Pierre Monbeig: um marco da Geografia brasileira. Porto Alegre: Sulina: 2005.
- ETGES, Virgínia Elisabeta. A paisagem agrária na obra de Leo Waibel. Geographia, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 27-47, 2000. Disponível em: <[http://www.uff.br/ geographia/ojs/in- dex.php/geographia/article/download/40/38](http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/40/38)>. Acesso em: 25 jun. 2010.
- GAETA, Antonio Carlos. A cidade européia na São Paulo de Pierre Monbeig. Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas [online], v. 6, n. 10, 2007. Disponível em: <[http://www.unirio.br/morpheusonline/numero10-2007/antoniogaeta. htm](http://www.unirio.br/morpheusonline/numero10-2007/antoniogaeta.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2010.
- HARTSHORNE, Richard. O conceito de geografia como ciência do espaço de Kant e Humlboldt para Hetnner. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 28, 2006.
- LACOSTE, Yves. Élisée Reclus, une très large conception de la géographicité et une bienveillante. Hérodote: revue géopolitique. géographie et de géopolitique, Paris, n. 117, 2005. Disponível em: <<http://www.herodote.org/spip.php?article149>>. Acesso em: 22 jun.

2010.

- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Gênese da geografia moderna*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1995. 138p.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SCHEIBLING, Jacques. *Qu'est-ce que la Géographie?* Paris: Hachette, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à geografia: geografia e ideologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: EdUNESP, 2004. 218p.
- VLACH, Vânia R. F. *Ideologia do nacionalismo patriótico*. In: OLIVEIRA, Arioaldo U. (Org.). *Para onde vai o ensino de Geografia*. São Paulo: Contexto, 1994.
- VLACH, Vânia R. F. *A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico*. Dissertação (Mestrado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

Ficha da Disciplina:

# Caminhos do Pensamento Geográfico



Autoria:



Eliseu Savério Sposito



Antonio Elisio Garcia Sobreira

50

## Resumo:

A disciplina está dividida em cinco itens. Na introdução, trabalha-se a história da Geografia com a exposição dos principais conceitos de seu conteúdo científico. No primeiro item, há uma volta à Antiguidade e à Idade Média para se demonstrar como o conhecimento geográfico foi sendo produzido pelos gregos e pelos árabes, salientando-se o papel das grandes navegações e a expansão do horizonte geográfico a partir da Europa. A gênese da Geografia moderna é o tema do terceiro item por meio da relação entre sociedade e ciência. Em seguida, a institucionalização dessa ciência é enfocada pela formação dos Estados nacionais, pelo surgimento das universidades e das sociedades reais de Geografia, além do colonialismo europeu, principalmente nas Américas, destacando-se as biografias de importantes geógrafos. Neste item, há a confrontação entre as principais características das escolas geográficas alemã, francesa e anglo-saxônica. O texto se encerra com a interpretação da institucionalização da Geografia no Brasil, destacando-se o papel das associações científicas e dos programas de pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado, propondo uma reflexão sobre o futuro dessa ciência.

## Palavras chave:

Pensamento geográfico, história da Geografia, ciência moderna, geógrafos, Geografia no Brasil.

	TEMAS	Tópicos
CAMINHOS DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO	TEMA 1 – O legado da Geografia	Introdução
	TEMA 2 – A formação do conhecimento geográfico na Antiguidade e na Idade Média	2.1 - Antiguidade e Idade Média
		2.2 - As grandes navegações
	TEMA 3 – A gênese da Geografia e da Ciência Moderna	3.1 - Ciência e sociedade
		3.2 - Gênese da Geografia e da Ciência Moderna
	TEMA 4 – Institucionalização da Geografia	4.1 - Início de conversa
		4.2 - Geografia escolar
		4.3 - Surgimento das universidades, sociedades reais de Geografia e colonialismo
		4.4 - Os referenciais das escolas clássicas do pensamento geográfico
		4.5 - O pensamento geográfico alemão (Humboldt, Ritter, Ratzel, Hettner, Richthoffen)
		4.6 - O pensamento geográfico francês
		4.7 - As abordagens de inspiração anglo-americanas
	TEMA 5 – A institucionalização da Geografia no Brasil	5.1 - Introdução
		5.2 - As rupturas epistemológicas
		5.3 - Como está a Geografia Brasileira hoje?
5.4 - O papel da Associação dos Geógrafos Brasileiros e dos Programas de Pós-Graduação		
5.5 - Perspectivas e desafios para o século XXI		



UNESP – Universidade Estadual Paulista  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação  
Rua Quirino de Andrade, 215  
CEP 01049-010 – São Paulo – SP  
Tel.: (11) 5627-0561  
www.unesp.br



Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria de Estado da Educação  
Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas  
Gabinete da Coordenadora  
Praça da República, 53  
CEP 01045-903 – Centro – São Paulo – SP



SECRETARIA  
DA EDUCAÇÃO



Pró-Reitora de Pós-graduação

Marilza Vieira Cunha Rudge

Equipe Coordenadora

Elisa Tomoe Moriya Schlünzen

Coordenadora Pedagógica

Ana Maria Martins da Costa Santos

Cláudio José de França e Silva

Rogério Luiz Buccelli

Coordenadores dos Cursos

Arte: Rejane Galvão Coutinho (IA/Unesp)

Filosofia: Lúcio Lourenço Prado (FFC/Marília)

Geografia: Raul Borges Guimarães (FCT/Presidente Prudente)

Antônio Cezar Leal (FCT/Presidente Prudente) - *sub-coordenador*

Inglês: Mariangela Braga Norte (FFC/Marília)

Química: Olga Maria Mascarenhas de Faria Oliveira (IQ Araraquara)

Equipe Técnica - Sistema de Controle Acadêmico

Ari Araldo Xavier de Camargo

Valentim Aparecido Paris

Rosemar Rosa de Carvalho Brena

Secretaria/Administração

Márcio Antônio Teixeira de Carvalho

## NEaD – Núcleo de Educação a Distância

*(equipe Redefor)*

Klaus Schlünzen Junior

Coordenador Geral

Tecnologia e Infraestrutura

Pierre Archag Iskenderian

Coordenador de Grupo

André Luís Rodrigues Ferreira

Guilherme de Andrade Lemeszenski

Marcos Roberto Greiner

Pedro Cássio Bisetti

Rodolfo Mac Kay Martinez Parente

Produção, veiculação e Gestão de material

Elisandra André Maranhe

João Castro Barbosa de Souza

Lia Tiemi Hiratomi

Liliam Lungarezi de Oliveira

Marcos Leonel de Souza

Pamela Gouveia

Rafael Canoletti

Valter Rodrigues da Silva